



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E REGIONALIZADO

PPA 2012/2015



MACRORREGIÃO LITORAL OESTE
2012

CID FERREIRA GOMES
GOVERNADOR

DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO
VICE-GOVERNADOR

IVO FERREIRA GOMES
GABINETE DO GOVERNADOR

ARIALDO DE MELLO PINHO
CASA CIVIL

JOEL COSTA BRASIL
CASA MILITAR

FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANTONIO EDUARDO DIOGO DE SIQUEIRA FILHO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

JOÃO ALVES DE MELO
CONTROLADORIA E OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

EDGAR LINHARES LIMA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

IVAN RODRIGUES BEZERRA
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA
CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
SECRETARIA DAS CIDADES

RENÉ TEIXEIRA BARREIRA
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

FRANCISCA ANDRADE DE MORAIS (RESPONDENDO)
SECRETARIA DA CULTURA

JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

FERRUCCIO PETRI FEITOSA
SECRETARIA ESPECIAL DA COPA 2014

ESMERINO OLIVEIRA ARRUDA COELHO JÚNIOR
SECRETARIA DO ESPORTE

CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO
SECRETARIA DA FAZENDA

FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

MARIANA LOBO BOTELHO ALBUQUERQUE
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

FLÁVIO BEZERRA DA SILVA
SECRETARIA DA PESCÁ E AQUICULTURA

CÉSAR AUGUSTO PINHEIRO
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS
SECRETARIA DA SAÚDE

FRANCISCO JOSÉ BEZERRA RODRIGUES
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA
SECRETARIA DO TURISMO

ANDRÉA MARIA ALVES COELHO
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL

Sede das Oficinas Regionais - 2011 Macrorregiões de Planejamento



MENSAGEM DO GOVERNADOR

“O Ceará que estamos edificando será o resultado de uma construção coletiva, fundada na tolerância e na pluralidade de opinião, na convivência com a divergência e na capacidade de construir consensos. Colocar o melhor de nossas capacidades, de nossa inteligência, de nossa força, na concretização do projeto de crescimento com sustentabilidade, de bem-estar social para todos, é o meu compromisso e o de todos que ao meu lado me seguirão pelos próximos quatro anos”.

Com essas palavras, reiterarei, na abertura do documento do Plano Plurianual 2012 - 2015, o propósito, declarado no meu discurso de posse de recondução ao Governo do Ceará, de adotar a participação social como princípio para governar. Conclamamos agora buscarmos juntos a realização dos objetivos e metas e o alcance dos resultados que orientam o PPA do próximo quadriênio.

Sem dúvida, esse novo Plano incorpora as diretrizes traçadas a partir das contribuições advindas do compartilhamento de idéias, experiências e expectativas dos grupos de trabalho que apoiaram a continuidade da minha gestão. Por sua vez, a participação democrática da sociedade, que se deu por ocasião das oficinas regionais para elaboração do PPA 2012 – 2015, promovidas em 2011, consolidou a aprovação, pela população, de o Governo seguir buscando aperfeiçoar os resultados das conquistas da primeira gestão, ao mesmo tempo em que contribuiu, nas discussões, para inovação dos programas e projetos.

Dentre as orientações que marcaram a elaboração do presente PPA, destaco: a nova metodologia proposta pelo Governo Federal, à qual o Governo Estadual aderiu, visando conferir à Lei caráter estratégico, superando a condição de orçamento plurianual, com observância do preceito constitucional de estabelecer objetivos, diretrizes e metas; o objetivo expresso de realizar uma gestão por resultados ao apresentar indicadores estratégicos de governo e setoriais; e a apresentação dos compromissos regionais que levará à integração das políticas e pactuação com os entes federados e organizações da sociedade, todos delineando em termos gerais, o Ceará almejado no médio e longo prazos.

Manifesto a minha grata satisfação de nos reunirmos mais uma vez, para a realização do V Fórum de Planejamento Participativo e Regionalizado com o fim de apresentar a programação de Governo para o período 2012-2015 nas oito macrorregiões de planejamento estadual.

O PPA elaborado com a participação da sociedade cearense, por meio de seus legítimos representantes, se deu com a realização das 17 Oficinas Regionais de Planejamento Participativo no período junho/julho de 2011, envolvendo cerca de 4.700 pessoas. Nestes encontros reafirmamos nosso compromisso de promover a interlocução com os cearenses, ampliando e consolidando a coalizão social e política, promovendo o debate inteligente e fomentador de novas idéias.

Continuamos firmes no propósito de alavancar importantes setores de desenvolvimento social e econômico do nosso Estado, com a implantação e fortalecimento da infraestrutura econômica, social e urbana, a dinamização de importantes atividades e a ampliação da oferta de bens e serviços destacando as áreas de saúde, educação, segurança, trabalho e renda voltados para o acesso da população mais carente. Desse modo, prosseguimos com o propósito de aperfeiçoar mecanismos e instrumentos de práticas cidadãs, como o controle eficiente dos programas e indicadores de Governo, que permitirão a tomada de decisão cada vez mais consistente no âmbito da Administração Pública Estadual, além de proporcionar a oportunidade de aumentar o controle social exercido pela sociedade cearense.

Finalizo ressaltando a inestimável contribuição de todos os que, direta e indiretamente, contribuíram para o diálogo social, interlocução federativa, formação das parcerias, e para os trabalhos de apreciação legislativa, traduzidos no conteúdo do Plano Plurianual 2012-2015, acreditando que proporcionará a consolidação de outro desafio que já tem se mostrado real: o Ceará como referência positiva no cenário regional, nacional e internacional.

CID FERREIRA GOMES
Governador

O presente documento tem por objetivo apresentar à sociedade cearense os resultados do processo de participação ocorrido na fase de elaboração do PPA 2012-2015, fruto das discussões que se deram segundo a dimensão territorial do planejamento governamental estadual, procurando contribuir para responder às indagações e demandas oriundas das comunidades regionais e locais.

O trabalho está estruturado formalmente em três tópicos complementares e articulados entre si. O primeiro se inicia com a abordagem das diretrizes estratégicas por Eixos da Política de Governo, iniciando com o enfoque nos avanços ocorridos nos últimos quatro anos da gestão estadual nos setores mais representativos para o desenvolvimento do Ceará.

O segundo tópico descreve como o processo de fortalecimento da participação popular e regionalização das políticas públicas foi implementado pelo governo cearense visando a redução dos desequilíbrios interregionais ainda existentes. O tópico aborda, ainda, a metodologia participativa adotada para a elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 sistematizada em duas partes principais: uma associada às escolhas de temas estratégicos para as regiões que fundamentaram os compromissos regionais e outra relacionada às análises de demandas regionais e priorização de ações para orientar a ação pública programática dos próximos anos.

Finalmente é apresentado o Plano Plurianual 2012-2015 consolidado, com enfoque na macrorregião, com o Compromisso Regional, os programas setoriais com as respectivas metas quantificadas para 2012 e 2013-2015 a serem realizados na Macrorregião do Cariri/Centro-Sul, além dos grandes números do PPA.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO.....	06
3. A ESTRATÉGIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA E REGIONALIZADA	12
3.1. AÇÕES PRIORIZADAS NAS OFICINAS REGIONAIS	14
3.2. TEMAS ESTRATÉGICOS	28
4. PLANO PLURIANUAL - PPA 2012-2015	29
4.1. COMPROMISSOS REGIONAIS.....	29
4.2. PROGRAMAS E METAS REGIONALIZADAS	31
4.3. GRANDES NÚMEROS DO PPA.....	52

2. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

Para a gestão 2012 -2015, o Governo do Estado fundamentou-se nas premissas de aperfeiçoar as políticas que alcançaram bom desempenho, assegurar a continuidade das conquistas da primeira gestão e inovar com criatividade os programas e projetos implementados. Assim, elegeu como desafio a ampliação das oportunidades econômicas e sociais, com avanço das instituições democráticas, em sintonia com o projeto nacional de desenvolvimento econômico com justiça social.

Para realizar o grande salto que o Ceará deve consolidar na atual gestão, foram decisivos os avanços nas políticas sociais. Esses se retratam nos índices que medem a melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos do ensino fundamental e médio, bem como na requalificação da rede escolar, com destaque para a implantação das escolas de educação profissional – ensino médio integrado com o curso técnico profissional. Não se pode deixar de destacar a iniciativa governamental de fortalecer o regime de colaboração com os municípios para alcançar a meta de alfabetização das crianças na idade certa (sete anos), de cooperar técnica e financeiramente com a construção dos Centros de Educação Infantil (CEI) e de contribuir com a melhoria do acesso dos alunos à escola, fortalecendo o programa federal Caminho da Escola (transporte escolar). O programa de expansão do ensino profissional no Estado assegura aos jovens cearenses a formação requerida pelos grandes empreendimentos que se instalarão no Ceará. Os esforços para implantar com o Governo Federal e o empresariado os projetos estratégicos, como a Refinaria, a Siderúrgica, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), a ferrovia Transnordestina e a integração com o rio São Francisco assumem maior relevância pela possibilidade de aproveitamento do potencial criativo e de habilidades da população, em especial

da juventude. Em virtude desse cenário, e complementando a oferta de educação profissional, está em implantação o Centro de Treinamento Técnico Corporativo (CTTC) do Pecém, que será referência na capacitação na área da metalurgia, siderurgia, química e petroquímica.

A educação superior recebeu investimentos na requalificação das instalações, na implantação e equipamentos dos campi das universidades estaduais em que se destacam o da UECE em Itapipoca, e a Cidade Universitária em Iguatu, reunindo a FATEC/CENTEC, a UECE e a URCA. A política de valorização do ensino superior evidenciou-se ainda na elevação dos salários dos professores em 100%, entre os anos de 2007 e 2010.

As conquistas na área da Segurança Pública foram marcadas pelos expressivos investimentos para implantação do Programa Ronda do Quarteirão, na Região Metropolitana de Fortaleza e cidades acima de 50 mil habitantes, na construção de 50 delegacias no Interior, na instalação da Academia Estadual de Segurança Pública e da Divisão de Homicídios e na criação da Perícia Forense, além da ampliação do efetivo policial.

No tocante à área de Saúde, o objetivo que norteou as ações do governo foi o fortalecimento do sistema de saúde no Estado com serviços descentralizados de alta resolubilidade e tratamento humanizado nos níveis da atenção secundária e terciária. As principais iniciativas de ampliação da rede de saúde contemplaram o atendimento médico-hospitalar, de consultas e exames especializados e os serviços de urgência, com a construção do Hospital Regional do Cariri e o início do Hospital Geral da Zona Norte, em Sobral, com a instalação de 21 Policlínicas e 16 Centros de Especialidades Odontológicas nas microrregiões de saúde

do Estado. Integrando-se à política estadual, tem destaque a parceria com o Governo Federal nos projetos de implantação de 32 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, e do serviço do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

Para assegurar a infraestrutura requerida para o crescimento da economia e a melhoria das condições de vida no Estado, projetos estratégicos de Governo devem ser consolidados. Dentre esses, figuram a ampliação do Porto do Pecém, a construção dos trechos 4 e 5 do Eixão das Águas, o Metrô do Cariri e de Sobral, o Metrô de Fortaleza, a melhoria do sistema viário, o Cinturão Digital, capaz de prover a internet banda larga em 82% dos municípios do Ceará. Esses investimentos, em articulação e integrados aos grandes projetos estruturantes de impacto econômico - Refinaria e Siderúrgica, parque de Usinas Eólicas, Centro de Feiras e Eventos, Zona de Processamento de Exportação (ZPE), fortalecimento do Agronegócio e apoio à Agricultura Familiar - gerarão novas oportunidades de emprego e renda com reflexos na redução das desigualdades econômico-sociais e regionais.

• EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

Para o período 2012-2015, o Governo continuará a orientar-se por três grandes eixos de política que estruturam a gestão voltada para resultados: Sociedade Justa e Solidária, Economia para uma Vida Melhor, Governo Participativo, Ético e Competente.

O eixo **“Sociedade Justa e Solidária”** tem na educação o grande vetor de promoção do desenvolvimento pessoal, social, econômico e gerador de oportunidades para a constituição de uma sociedade sustentável. No período 2012-2015, as principais diretrizes que norteiam as ações na área estão voltadas para a educação básica com qualidade e ênfase no sucesso do aluno, promovida em regime de colaboração com os entes federativos; ao ensino médio, comprometido com as

premissas de desenvolvimento pessoal, a preparação para o mundo do trabalho; e à valorização dos profissionais da Educação. No campo do ensino superior e da pesquisa, a desconcentração e interiorização constituem estratégias que se efetivarão com educação técnica e superior à distância, expansão da rede de educação profissional, atração e fixação de pesquisadores no interior estadual, com a concessão de bolsas, e a expansão e garantia do acesso ao serviço de Internet banda larga por meio do Cinturão Digital do Ceará.

A política de saúde está orientada para consolidar as conquistas já alcançadas de garantia da promoção e prevenção da saúde na atenção primária e assegurar resolubilidade nos níveis da atenção secundária e terciária, avançando na descentralização dos serviços no interior estadual. Nesse sentido, ressaltem-se as iniciativas de maior expressão da política no período do PPA, além do funcionamento do Hospital Regional do Cariri – a criação da quarta macrorregião de saúde, com a construção do Hospital Geral do Sertão Central, a conclusão do Hospital Geral da Zona Norte e a implantação de um Hospital de Urgência e Emergência em Fortaleza.

A determinação política de enfrentar a criminalidade e a violência melhorando o sentimento de segurança e tranquilidade dos cearenses continuará a exigir do Governo investimentos em serviços de inteligência e articulação com as redes de segurança estaduais e nacional. Ademais, terá destaque a ampliação da estratégia de polícia comunitária com o aperfeiçoamento e fortalecimento do Programa Ronda do Quarteirão, a modernização científica e tecnológica, a melhoria dos serviços de prevenção do risco, acidentes e desastres e a valorização dos profissionais da área de segurança e sistema prisional.

O combate ao tráfico e prevenção ao uso de drogas, como também da violência social de gênero, sexual, de raça e etnia exigirão tratamento intersetorial das políticas

governamentais, numa ação articulada com os conselhos comunitários de segurança pública e defesa social.

Garantir à sociedade segurança e justiça requer também a melhoria da gestão do sistema penitenciário, bem como a ressocialização e a capacitação profissional de presos e egressos do sistema penal. A garantia ao cidadão dos direitos de defesa e acesso à justiça integral e gratuita terá como principal meta contemplar 100% das comarcas do interior estadual com serviços da Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE).

A área de Desenvolvimento Social terá o grande desafio de implementar a política estadual de apoio à universalização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O Governo adotará ainda, como diretrizes para o desenvolvimento de suas ações: implantação do sistema de segurança alimentar e nutricional, enfrentamento à discriminação de gênero e à diversidade sexual, combate à discriminação e à desigualdade racial.

Outro importante enfoque é o da inclusão produtiva e social da população carente, conjugando ações de assistência com geração de oportunidades para a inserção no mercado de trabalho de micro e pequenos empreendedores, apoio a empreendimentos individuais, associativos, artesanais e redes de economia solidária. Aliada a essa linha da política, a educação profissional inicial e continuada, técnica, tecnológica, focada na expansão do mercado de trabalho, nos médios e grandes empreendimentos, a geração de ocupação, emprego e renda nas cadeias produtivas de maior potencial no Estado, como turismo, serviços, agronegócio, artesanato e nos projetos estruturantes resumem as diretrizes governamentais para a área do trabalho.

A política no âmbito da Cultura visa avançar na ampliação do acesso aos bens culturais, no fortalecimento do processo da gestão democrática, tendo como um

dos instrumentos a institucionalização dos fóruns regionais. As principais ações estarão voltadas ao incentivo aos talentos artísticos e culturais, à valorização e preservação da memória cultural do Estado e ao estímulo à leitura como movimentos de transformação da sociedade cearense.

A promoção do Esporte e Lazer se dará na perspectiva de atividades de integração social e de cidadania, de inclusão e como promotores da qualidade de vida e, portanto, da formação integral das pessoas. Nesse sentido, a formação do sistema estadual de esporte e lazer, com realização de conferências, implantação de fórum permanente de discussão das políticas, constitui a diretriz principal.

A consolidação de investimentos públicos na infraestrutura esportiva contemplará atletas, jovens, idosos e pessoas com deficiência com a instalação de equipamentos socioesportivos, implantação de ciclovias, pistas de skate, preparação de talentos cearenses para as Olimpíadas e Paraolimpíadas Rio 2016.

No período do PPA 2012 -2015, destaque especial encontra-se nas diretrizes traçadas pelo Governo para a realização da Copa do Mundo de 2014 - a criação da Secretaria Especial da Copa, com a função de coordenar as ações interinstitucionais e intersetoriais para a realização das obras e serviços essenciais para a realização do evento. Nesse sentido, ressaltam-se a reforma, modernização e adequação do Estádio Castelão, a coordenação, o monitoramento e a avaliação da execução da Matriz de Responsabilidades celebrada entre as esferas federal, estadual e municipal, além da articulação intersetorial permanente com o Comitê Gestor da Copa 2014 – GECOPA, gerenciado pelo Ministério do Esporte e Casa Civil do Governo Federal, no que se refere às áreas de interesse das diversas câmaras temáticas.

Para a realização das políticas integrantes do eixo Sociedade Justa e Solidária, serão decisivos a integração com as políticas

nacionais, o aporte dos recursos de transferência do Governo Federal e a cooperação com os municípios cearenses. **“Economia para uma Vida Melhor”** é o eixo de desenvolvimento que se volta ao crescimento econômico, ancorado no avanço do setor industrial, na promoção do turismo sustentável, na modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar. O avanço proposto para a economia exige inovações, ao mesmo tempo em que requererá investimentos em infraestrutura hídrica, de transporte e comunicação, e para o fortalecimento do setor energético no Estado. Tais estratégias, somadas à promoção do desenvolvimento urbano a partir de uma visão regional, são determinantes para o ordenamento territorial com redução dos desequilíbrios de renda e riqueza entre as regiões estaduais.

A política voltada à economia aponta para um desenvolvimento sustentável com manutenção de aumento do PIB acima da média nacional, proporcionando mais oportunidades e melhoria contínua de qualidade de vida da população. Essa estratégia se apóia no setor de Comércio e Serviços como indutores do crescimento baseado na promoção da capacidade competitiva das empresas e melhoria do ambiente de negócios no Estado. Para o setor industrial, as propostas objetivam a complementação da infraestrutura, a atração de investimentos privados, inclusive para o interior do Estado, bem como a capacitação de recursos humanos e o apoio ao segmento de micro e pequenas empresas no Estado. O Governo trabalhará no sentido de uma indústria e mineração cada vez mais competitivas e inovadoras, articuladas nacional e internacionalmente e em sintonia com as demandas de mercado. As diretrizes na área do desenvolvimento econômico são emblemáticas desta gestão: consolidação de empreendimentos estruturantes como ZPE, Refinaria, Projeto Itataia e Polo Industrial da Saúde (PITS), fomentando as

cadeias produtivas e estimulando o fluxo de novas inversões. Como política de fomento, os incentivos fiscais do Estado visam a intensificar a interiorização do desenvolvimento econômico. O incentivo ao agronegócio, com o estímulo aos novos investimentos, gerará desenvolvimento no meio rural com a ampliação da criação de trabalho e renda para o homem do campo. Outra estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável da economia foi a criação da Secretaria da Pesca e Aqüicultura com as diretrizes de promover, incentivar e melhorar a coordenação das ações de revitalização da pesca artesanal marítima, promover o fomento e assistência técnica para o desenvolvimento da pesca e piscicultura em águas continentais, implantar projetos de maricultura para geração de renda em pequenas comunidades pesqueiras litorâneas, realizar o ordenamento da carcinocultura econômica, social e ambientalmente sustentável e a formação continuada dos profissionais, técnicos e pesquisadores vinculados à cadeia produtiva do setor.

Promover a coesão dos territórios rurais com o fortalecimento da Agricultura Familiar, priorizando ações conjuntas de redução da vulnerabilidade às secas e de extensão rural que resultem na adoção de inovações tecnológicas, segurança alimentar e formação de capital social constituem estratégias articuladas da política de desenvolvimento agrário para o avanço sustentável do meio rural, com inclusão social da população dele dependente.

A política para o Turismo no Estado se traduz na estratégia de tornar o Ceará um dos principais destinos turísticos de lazer e eventos do Brasil, reconhecido como um vetor de desenvolvimento econômico sustentável e de promoção social. Esse objetivo exige investimentos na infraestrutura – saneamento e destinação final de resíduos sólidos nos polos turísticos, transporte aéreo regional, nacional e internacional, adequação da estrutura de rodovias, equipamentos

turísticos; promoção e marketing com a parceria dos agentes da cadeia produtiva do setor; melhoria da gestão por meio da interação dos órgãos governamentais, iniciativa privada e sociedade civil e eficiência operacional dos equipamentos turísticos. A construção do Centro de Feiras e Eventos e do Acquário do Ceará representarão marcos na política estadual do Turismo e deverão conferir destaque ao Ceará no País, como, ainda, ampliará sua competitividade no cenário internacional.

Como tema transversal da política pública, o meio ambiente se insere no objetivo estratégico de promover o desenvolvimento sustentável, regional e integrado, estimulando as aptidões locais com equilíbrio e qualidade de vida. Para isso se impõem como diretrizes fundamentais o fortalecimento do Sistema Estadual do Meio Ambiente; a criação de uma política estadual de mitigação e adaptação às mudanças climáticas com o cumprimento da meta brasileira de redução de emissões de carbono e gases causadores do aquecimento global, fortalecimento da política estadual de florestas e da biodiversidade e, em especial, planejamento estratégico para o desenvolvimento econômico com justiça socioambiental considerando a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE e o Zoneamento Ecológico Econômico como instrumentos de planejamento e gestão das políticas ambientais.

Para prover a infraestrutura de suporte ao desenvolvimento com sustentabilidade, o Governo Estadual estabeleceu como estratégias prioritárias a elaboração e a implantação do Plano Estadual de Logística e Transporte, a universalização da oferta de energia elétrica nas áreas urbanas e rurais, e o estímulo à oferta de energia de fontes renováveis, como a energia eólica e a utilização de tecnologias modernas de suprimento de energia em instalações hospitalares, empreendimentos turísticos e esportivos. Compõe a diretriz na área de comunicação, a integração do sistema

de comunicação para acesso aos polos de desenvolvimento do Estado. No atual ciclo econômico do Ceará é vital o fortalecimento da infraestrutura logística, compreendendo a ampliação do Porto do Pecém, a diversificação da política de portos (plano de aproveitamento dos portos de Fortaleza, Camocim, Acaraú, Aracati e Icapuí), a política de implantação de rodovias, a recuperação e adequação da malha rodoviária, do sistema metroviário e da rede de aeroportos regionais.

Destaquem-se entre as ações mais importantes a implantação do arco rodoviário metropolitano – ligação da BR-116 (Chorozinho) ao Porto do Pecém, as articulações com o Governo Federal para ampliação dos aeroportos de Fortaleza e Juazeiro do Norte, o estudo para implantação do Veículo Leve sobre Trilhos entre Juazeiro do Norte e Barbalha e entre Parangaba e Mucuripe, em Fortaleza, e as ações estaduais para viabilização da ferrovia Transnordestina. Nesse sentido, o Governo do Estado adotou a iniciativa de encaminhar projetos de financiamento a organismos nacionais e internacionais, bem como alocou recursos no PPA para complementação dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal no Estado.

Por sua vez, a política de desenvolvimento urbano e integração regional se volta para o apoio institucional aos municípios, para o planejamento e controle urbano e ambiental. A estratégia de ampliação da oferta de saneamento básico atenderá à diretriz de universalização dos serviços de água em pequenos centros urbanos e zonas rurais e de esgotamento sanitário, com uso de soluções alternativas. A política habitacional direcionada principalmente para o alcance da melhoria das condições de habitabilidade para as populações de baixa renda integrar-se-á às estratégias de redução da exclusão social.

A diretriz de sustentabilidade do território na área temática em foco tem como ação

prioritária o fortalecimento de cidades-polo como instrumento de dinamização da socioeconomia estadual. Integra ainda a estratégia de desenvolvimento regional e local no Estado e o fortalecimento de arranjos produtivos locais, os quais oferecem potencial competitivo, ao mesmo tempo em que são capazes de articular médias e pequenas empresas com impacto significativo na geração de trabalho nas regiões estaduais.

A política de gestão dos recursos hídricos observará o objetivo de garantir água com qualidade e quantidade adequadas às diversas demandas da população, tendo por princípios a visão integrada sobre os usos, a participação da sociedade na gestão dos sistemas hídricos, a equidade social e a preservação ambiental. Estão definidas como diretrizes para o alcance desse objetivo: gestão descentralizada, integrada e participativa dos recursos hídricos, água para todos, aproveitamento socioeconômico dos recursos hídricos disponíveis, integração da infraestrutura hídrica local com o Projeto do rio São Francisco, uso racional e preservação da água, sistemas de informações cartográficas em escala adequada. Assim, a conclusão do Eixão das Águas (barragem do Castanhão/Sistema de Fortaleza/Pecém) e a transposição do rio São Francisco são estratégicos como base para o desenvolvimento estadual.

Em consonância com o eixo **Governo Participativo, Ético e Competente**, propõe-se para o período 2012-2015, políticas públicas inovadoras, que pressupõem a intersectorialidade para a garantia de direitos e a redução das desigualdades sociais. Desta forma, cabe salientar neste eixo da política, a reestruturação organizacional promovida no Gabinete do Governador para abrigar a nova competência de coordenar as políticas transversais voltadas à juventude, às mulheres, aos idosos, às pessoas com deficiência, à promoção da igualdade racial, à proteção e promoção dos direitos humanos

e à prevenção integral ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Esse novo foco da gestão governamental trouxe para o presente PPA os programas multissetoriais de Juventude, Equidade de Gênero, Igualdade Étnico-racial, Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, Enfrentamento às Drogas, Atenção à Pessoa Idosa, Atenção à Pessoa com Deficiência, executados por diversas secretarias setoriais e tendo como órgão gestor o Gabinete do Governador.

Na perspectiva do aperfeiçoamento do processo democrático, a presente gestão estabeleceu, entre as suas diretrizes, o aperfeiçoamento da relação entre o Governo e a Sociedade, com o aprimoramento dos atuais canais de gestão participativa na formulação e controle das políticas públicas. A iniciativa de realização do “Governo na Minha Cidade” já se constitui marca da gestão, assim como o processo de elaboração e monitoramento participativo do PPA nas regiões estaduais. Importa ressaltar, por sua vez, a auscultação, realizada na elaboração do Plano, às instâncias de participação e conselhos estaduais gestores de políticas públicas como Criança e Adolescente, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, Assistência Social, Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Cidades, Segurança Pública entre outros, e a articulação de suas propostas com as prioridades colhidas nas oficinas regionais e com as linhas estratégicas das políticas setoriais.

Ainda com o objetivo de manter a transparência, a auscultação à população será facilitada com o canal de acesso ao Governo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e dos ouvidores das demais secretarias. O Governo compromete-se ainda com uma comunicação social com qualidade, voltada para esclarecer o cidadão. A política de gestão potencializará a utilização da Internet como instrumento de divulgação das ações e prestação das contas do Governo e como espaço de interação entre as secretarias e seu público-alvo.

3. A ESTRATÉGIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA E REGIONALIZADA

A elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 fundamentou-se na premissa de aprofundar a participação e o diálogo com a sociedade, levando à adoção do recorte territorial que privilegiasse a identidade regional, tendo em vista facilitar o consenso sobre questões de interesse comum. Esse propósito resultou no planejamento das oficinas regionais focado nas microrregiões estaduais, garantindo a participação de maior número de representantes, a melhor precisão e qualidade das informações.

Considerando o objetivo último de induzir a interiorização do desenvolvimento e de contribuir para redução das desigualdades espaciais e sociais, o processo de participação foi definido em duas dimensões: Participativa e Regionalizada e Institucional, com a auscultação das regiões e dos conselhos de políticas públicas e, numa segunda fase, com a análise para incorporação das prioridades regionais ao conteúdo programático das áreas setoriais.

No âmbito da dimensão Participativa e Regionalizada, foram realizadas dezessete "Oficinas Regionais" com o objetivo de dialogar com representações da sociedade, do poder local e do setor privado dos 184 municípios cearenses organizados em espaços microrregionais. As Oficinas foram realizadas, numa coordenação conjunta da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG e da Vice-Governadoria, com apoio das equipes técnicas das diversas secretarias setoriais. Esses órgãos assumiram o papel de apresentar as diretrizes e esclarecer sobre os aspectos voltados para a sua atuação/responsabilidade, contribuindo com o processo de análise e definição das propostas regionais e subsidiando a tomada de decisão sobre políticas e programas a serem contemplados no PPA 2012-2015. O diálogo com os conselhos de políticas públicas permitiram, também, indicar propostas prioritárias para atuação por parte do Governo, no período do PPA, em áreas temáticas estratégicas, reforçando a articulação com os segmentos representados.

Como instrumento metodológico para subsidiar as discussões nas Oficinas Regionais, foi elaborado o documento "caderno regional", contendo a consolidação de quatro relatórios propositivos de eventos já realizados e que tinham como objetivo precípuo a oferta de contribuições à nova gestão do governo Cid Gomes. O primeiro foi "**Diretrizes para o Plano de Governo – DPG**", resultado das reuniões ocorridas durante o processo eleitoral, com a participação de aproximadamente dez mil pessoas pertencentes às diversas regiões do Estado do Ceará.

Os dez encontros regionais promovidos pela Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, subsidiaram a redação da "**Carta dos Municípios Cearenses - CMC**", cujo objetivo é nortear a atuação dos 184 municípios do Estado na busca pelo desenvolvimento, a partir do levantamento de demandas, expectativas e sugestões de políticas públicas.

Sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, foi elaborado, de forma regionalizada e participativa, o "**Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável – PTDRS**" com a finalidade de promover a gestão social e sustentável dos diversos territórios estaduais, tendo como premissa básica a cooperação entre os territórios, microterritórios e seus municípios, o respeito às especificidades locais e às opiniões dos segmentos envolvidos.

Por fim, a realização do **IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado**, resultado de uma parceria entre a SEPLAG e a Vice-Governadoria, significou a culminância do processo desenvolvido, nos últimos quatro anos, direcionado ao fortalecimento do controle social e da transparência na gestão pública.

Neste encontro, 380 participantes avaliaram os avanços ocorridos neste período e

propuseram prioridades estratégicas para serem incluídas no PPA 2012/2015.

O trabalho desenvolvido nas Oficinas Regionais, realizadas em 2011, propiciou aos participantes a oportunidade de indicar dez propostas voltadas às necessidades de sua região, para serem consideradas na estruturação dos programas do PPA e regionalização de suas metas (ranking das 10+). Possibilitou, também, um momento de superação da visão setorial, dando lugar a uma reflexão mais ampla sobre a dimensão do aspecto regional, com a escolha dos "Temas Estratégicos" de relevância para o desenvolvimento do território, pensados a partir de seus ativos, suas potencialidades e vocações, ou ainda com base em alguma demanda histórica.

Tais proposituras, em consonância com indicadores da realidade regional, serviram de subsídios para a construção de "Compromissos Regionais", constituindo-se estes em declarações de governo para realização de estratégias e

acompanhamento de um desenvolvimento integrado das regiões do Estado. Como resultante da dimensão participativa e regionalizada, o Governo incorporou os temas como orientadores da ação pública programática no documento PPA 2012-2015, traduzidos no capítulo de Compromissos Regionais e no descritivo das Metas e Iniciativas governamentais.

A próxima etapa do processo, compreendida como monitoramento das ações e projetos de forma participativa e regionalizada, visa a fortalecer o controle social e a assegurar a transparência e o acesso à informação, e dar-se-á mediante a realização anual de eventos participativos em nível das macrorregiões e dos territórios de identidade, visando sobretudo à prestação de contas e o monitoramento e revisão participativa do PPA.

O esquema abaixo apresenta o fluxo do processo de gestão participativa e regionalizada do PPA 2012-2015:



Ressaltamos que a Gestão Participativa e Regionalizada do PPA possui um potencial de transformação, pois impulsiona a mobilidade social no sentido de melhorar as condições de vida do lugar e possibilita

o exercício do poder coletivo ajudando a transformar a realidade imposta para a realidade que desejamos de maneira consciente, construindo, dessa forma, um "Ceará Melhor para Todos".

O quadro abaixo sintetiza a participação da população nas 17 Oficinas Regionais

distribuídas nas sedes de suas respectivas macrorregiões:

PARTICIPANTES DAS OFICINAS REGIONAIS DO PPA PARTICIPATIVO, SEGUNDO AS MACRORREGIÕES

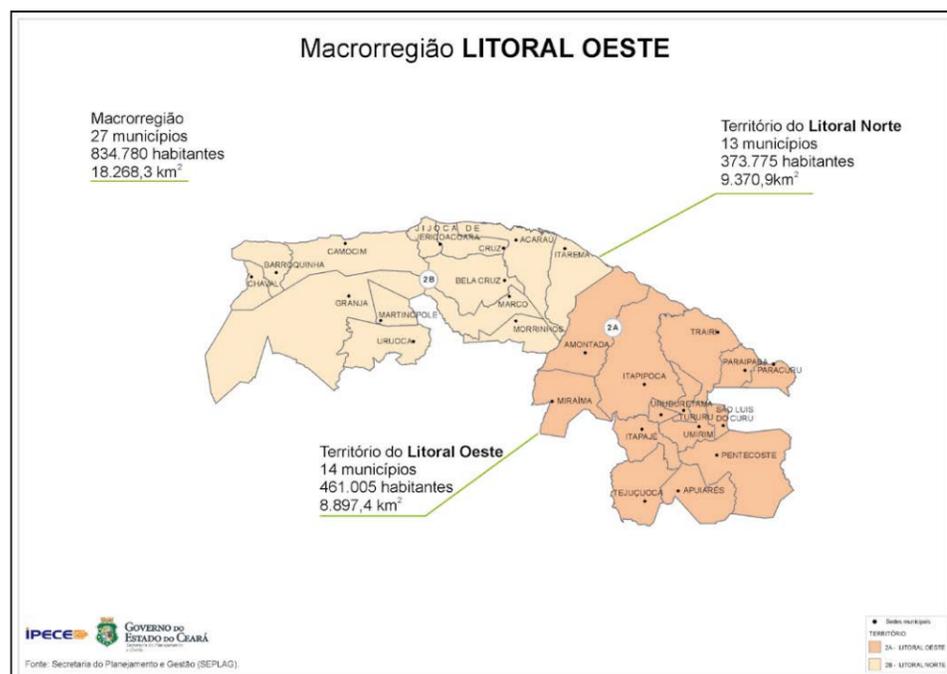
MACRORREGIÃO	SEDE DA OFICINA	DATA DA OFICINA	PARTICIPANTES
RMF	Fortaleza	22/07/2011	240
LITORAL OESTE	Camocim	20/07/2011	246
	Itapipoca	21/07/2011	260
SOBRAL/IBIAPABA	Tianguá	29/06/2011	184
	Sobral	30/06/2011	207
SERTÃO DOS INHAMUNS	Cratús	16/06/2011	264
	Tauá	17/06/2011	373
SERTÃO CENTRAL	Mombaça	21/06/2011	258
	Quixeramobim	22/06/2011	246
	Canindé	14/07/2011	151
BATURITÉ	Baturité	13/07/2011	243
LITORAL LESTE/JAGUARIBE	Jaguaribe	02/06/2011	244
	Aracati	26/07/2011	496
CARIRI/CENTRO-SUL	Icó	01/06/2011	372
	Brejo Santo	09/06/2011	262
	Juazeiro do Norte	08/06/2011	384
	Iguatu	04/07/2011	250
TOTAL DE PARTICIPANTES			4.680

Fonte: SEPLAG/CPLOG

3.1 - AÇÕES PRIORIZADAS NAS OFICINAS REGIONAIS

A priorização de ações setoriais foi subsidiada pelas discussões e análise da realidade dos territórios à luz dos indicadores regionais e das demandas (propostas de ações) consolidadas no caderno regional distribuído aos participantes por ocasião

de cada Oficina. Dentro dessa perspectiva, os participantes elegeram, em grupos de trabalho temáticos, as 10 ações prioritárias, por meio de votação (ranking das 10+), cujos resultados encontram-se a seguir:



TERRITÓRIO LITORAL OESTE

Itapipoca, Amontada, Apuiarés, Itapajé, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama

EIXO: SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

TEMA: EDUCAÇÃO BÁSICA

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Consolidar e ampliar a oferta diversificada do Ensino Médio, articulado com a educação profissional e com a continuidade dos estudos em nível superior.
2 ^a	Fortalecer o regime de colaboração com os municípios (PAIC) para garantir o sucesso da alfabetização das crianças e a elevação do nível de aprendizagem dos alunos das séries iniciais, como estratégia para a progressiva qualificação da Escola Pública do Ceará.
3 ^a	Desenvolver ações que acelerem o processo de universalização do acesso à pré-escola (crianças de quatro e cinco anos), com o compromisso de construção de 240 Centros de Educação Infantil – CEIs, através de parceria do Estado com a União e os municípios.
4 ^a	Assegurar a evolução do desempenho escolar dos estudantes para que aprendam o esperado ao final de cada série e etapa da educação básica, tendo como medidas de referência avaliações externas como a Prova Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – SPAECE.
5 ^a	Implantar, gradualmente, o ensino médio regular em tempo integral e promover a progressiva ampliação da jornada escolar.
6 ^a	Revitalizar o ensino médio noturno, por meio da reorganização do tempo pedagógico, das sequências didáticas e de material didático específico.
7 ^a	Fortalecer e ampliar as oportunidades de estágios para alunos do ensino médio, inclusive por meio da concessão de bolsas e estágios pelo Estado.
8 ^a	Disponibilizar bolsas de monitoria para alunos que tenham bom desempenho escolar.
9 ^a	Implementar programa de aquisição de laptops para professores da rede estadual e acesso livre à internet banda larga para uso pedagógico por todos os professores da rede pública.
10 ^a	Reestruturar a carreira do magistério e estruturar a carreira dos servidores técnico-administrativos, com a realização de concurso público.

TEMA: EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Expandir e favorecer o acesso à internet, através do Cinturão Digital do Ceará - CDC.
2 ^a	Aperfeiçoar o Sistema de Educação Superior no Ceará.
3 ^a	Estudar a implantação do Sistema Estadual de Educação Técnica e Superior à Distância – SEAD.
4 ^a	Fortalecer a inovação tecnológica no setor agropecuário para a inserção competitiva da Agricultura Familiar no Estado do Ceará
5 ^a	Prospectar a abertura, de forma integrada e interinstitucional, de novos cursos para formação de professores em áreas estratégicas, para atender aos projetos estruturantes do Estado.
6 ^a	Interiorizar o ensino superior através de núcleos da UECE.
7 ^a	Articular com o Governo Federal a criação de duas novas universidades federais no Ceará; uma na região norte e outra no Cariri.
8 ^a	Buscar universalizar os programas de inclusão digital, garantindo o acesso à Internet a toda a população cearense, com o objetivo de redução dos custos de conexão banda larga nos municípios, aumentando a qualidade e a velocidade da rede.
9 ^a	Consolidar e expandir a rede de ensino profissional no interior do Estado.
10 ^a	Ampliar e modernizar a infraestrutura dos diversos cursos de graduação.

TEMA: SAÚDE

RANKING	AÇÃO
1ª	Universalizar o SAMU em todo Estado do Ceará, com a implantação dos quatro Polos.
2ª	Construir Farmácias Especiais do Estado para dispensa dos medicamentos de alto custo.
3ª	Construção de um Centro de Hemodiálise na região.
4ª	Manter e ampliar os Repasses Financeiros aos municípios.
5ª	Defender a aprovação da regulamentação da Emenda 29.
6ª	Implantar 32 Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, em todo o Estado.
7ª	Construir Casas de Acolhimento e Cuidado aos dependentes químicos de crack e de outras drogas, com trinta leitos cada. Seis Casas na capital e Casas no interior (uma por regional de saúde).
8ª	Ampliar o quadro de profissionais da saúde.
9ª	Implantar UTI'S neonatal na macrorregional, em Sobral, e melhor distribuição dos leitos de UTI adulto, infantil e neonatal nas demais microrregionais.
10ª	Implantar o Programa de Valorização dos Trabalhadores e Promoção de Ambientes de Trabalho Saudáveis.

TEMA: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

RANKING	AÇÃO
1ª	Garantir e ampliar o Programa Primeiro Passo e planejar a implantação de unidades móveis.
2ª	Estudar a implantação do Centro de Inclusão Social e Produtiva de Pessoas com Deficiências.
3ª	Implantar o Programa de Unidade Centro Dia para Atendimento à Pessoa Idosa.
4ª	Desenvolver ações para prevenção e enfrentamento ao consumo do crack e de outras drogas, articulados com as organizações da sociedade civil e dos municípios.
5ª	Implantar o programa de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas sócioeducativas em meio aberto e para os egressos.
6ª	Promover a inclusão social e produtiva dos jovens, proporcionando capacitação adicional, potencializando a integração nas comunidades.
7ª	Agilizar o processo de reconhecimento oficial de territórios indígenas e quilombolas no Estado, segundo a legislação vigente.
8ª	Fortalecer e ampliar as ações de garantia de preços mínimos para alimentos e a consolidação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.
9ª	Desenvolver um projeto de inclusão social pelo trabalho para os egressos do sistema penal, dependentes químicos, deficientes físicos e egressos dos CAPS.
10ª	Ampliar as ações e estudar a criação de novos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) regionalizados.

TEMA: CULTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Planejar a ampliação de recursos para o financiamento das políticas públicas de cultura.
2ª	Construção de centros de arte e cultura nos municípios.
3ª	Buscar a universalização dos programas de formação e capacitação profissional em cultura, artes e ofícios em rede.
4ª	Planejar a implantação de programas de capacitação de gestores públicos de cultura e de produtores culturais.
5ª	Consolidar as relações entre cultura e educação, tendo na escola um espaço de fruição, de experimento e de valorização da arte e cultura.
6ª	Incentivar e apoiar a formação de grupos populares.
7ª	Planejar a implantação de um programa de apoio às diversas linguagens artísticas.
8ª	Implantar uma rede de equipamentos culturais públicos regionais.
9ª	Viabilizar o acesso dos pontos de cultura à internet banda larga através do Cinturão Digital.
10ª	Formar agentes de desenvolvimento com concessão de bolsas para estudantes do meio rural-urbano que atuarão como agentes na divulgação da cultura para o desenvolvimento territorial (Bolsa Cultura Jovem).

TEMA: ESPORTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Desenvolver parcerias para construção de Centros Poliesportivos Regionais, para servir como polo de formação de atletas.
2ª	Implantar o Fórum Estadual Permanente para a discussão de políticas públicas sobre o esporte e o lazer.
3ª	Criar uma equipe interdisciplinar permanente, para atuar na formação e desenvolvimento de atletas e para atletas de alto rendimento.
4ª	Lançar edital público para seleção e contratação dos melhores projetos esportivos sociais.
5ª	Garantir a continuidade do Projeto Viva Mais.
6ª	Desenvolver parcerias para fortalecer e viabilizar “Praças da Juventude” (complexos socioesportivos).
7ª	Estimular a formação de uma indústria criativa do esporte e qualificação de grupos produtivos comunitários, organizando-os como Arranjos Produtivos Locais – APLs.
8ª	Planejar a implantação de academias ao ar livre nos espaços urbanos e rurais.
9ª	Criar programas de capacitação e de fortalecimento institucional nas secretarias municipais de esporte e órgãos afins.
10ª	Criar núcleos de esportes olímpicos na Rede Pública de Ensino.

TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA

RANKING	AÇÃO
1ª	Criar e implantar um programa estratégico de educação à cidadania, voltada à prevenção e ao combate ao uso das drogas lícitas ou ilícitas, notadamente entre crianças e adolescentes, estendendo o atendimento a suas respectivas famílias.
2ª	Aperfeiçoar e fortalecer o Programa Pró-Cidadania.
3ª	Implementar um sistema de segurança cidadã baseado na cultura de paz e não violência.
4ª	Capacitar, profissionalmente, o preso do regime aberto e semiaberto absorvendo a mão de obra de egressos no mercado de trabalho, notadamente em serviços e obras públicas.
5ª	Articular ações com iniciativas privadas, universidades e prefeituras para oferta de serviços médicos, psicológicos, de assistência social, de educação e de profissionalização, dentro das unidades prisionais.
6ª	Planejar a inclusão de Educação em direitos, em cidadania e em prevenção de riscos na grade escolar do Ensino Médio e formação de professores e multiplicadores.
7ª	Formular uma Política de Cargos e Salários para os policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários, defensores públicos e demais profissionais de segurança pública.
8ª	Integrar os programas para a prevenção ao uso de drogas e da violência, ao Programa Estadual de Enfrentamento ao crack e a outras drogas
9ª	Implantar o sistema de ensino profissionalizante à distância para a população carcerária.
10ª	Planejar a criação de um modelo de Avaliação de Desempenho Profissional nas vinculadas da Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania

EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR**TEMA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E PESCA**

RANKING	AÇÃO
1ª	Estudar a isenção dos produtos do PNAE do ICMS e da taxa de emissão da nota fiscal.
2ª	Reforçar os financiamentos do Projeto São José, FEDAF, FECOP e demais fontes de financiamento, voltados para a organização da produção e da comercialização.
3ª	Assegurar a continuidade dos Programas PNAE, PAA e Hora de Plantar.
4ª	Criar um programa de aproveitamento da infraestrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada.
5ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do estado com destaque para o PPA e o governo.
6ª	Ampliar o sistema de saneamento básico no meio rural.
7ª	Buscar estender o Programa Luz para Todos para fins produtivos.
8ª	Aperfeiçoar o programa de formação de reserva estratégica para alimentação animal.
9ª	Propor a criação da lei estadual de cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária.
10ª	Fortalecer a Câmara Técnica de Assistência Técnica e Extensão rural – ATER, no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDR.

TEMA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RANKING	AÇÃO
1ª	Incentivar a agroindustrialização para dinamizar a economia agrícola local e regional.
2ª	Fomentar a assistência técnica para o desenvolvimento da piscicultura na Região.
3ª	Liberar recursos para apoio a projetos produtivos, mandalas ou quintais produtivos, ampliação do PAA, e tudo que possa gerar renda ao agricultor familiar nos municípios.
4ª	Elaborar e executar programa de atração industrial.
5ª	Incentivar o empreendedorismo e a responsabilidade social da região com a participação da comunidade, garantindo a segurança jurídica e possibilidade de revisão da política tributária/fiscal e de incentivo.
6ª	Promover o máximo aproveitamento dos polos de irrigação, atraindo investimentos para a geração de emprego e renda.
7ª	Viabilizar a implantação de cursos intensivos de idiomas para profissionais que se relacione com turistas.
8ª	Incentivar a criação de polos formadores de profissionais, por meio das escolas profissionalizantes; e estudar a instalação de escolas de nível superior em setores como hotelaria e gastronomia.
9ª	Fortalecer o programa de capacitação para profissionais da cadeia produtiva do turismo.
10ª	Estruturar os pontos turísticos da região através de obras, capacitações e investimentos para a consolidação da implantação das atividades turísticas.

TEMA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

RANKING	AÇÃO
1ª	Incentivar a criação de sistemas municipais de planejamento e controle ambiental urbano.
2ª	Estimular a implantação da gestão consorciada de políticas de saneamento ambiental (água, esgoto, resíduo sólido) e transporte público.
3ª	Estimular e apoiar os municípios na elaboração dos planos municipais de saneamento ambiental, que deverão estar prontos até 2013.
4ª	Apoiar a melhoria ambiental dos espaços urbanos por meio da qualificação dos logradouros públicos (ruas e praças), recuperação dos recursos ambientais com a criação de parques e arborização urbana.
5ª	Implantar projeto de água potável para todos.
6ª	Implantar, ampliar, captar a rede de distribuição de água para zona urbana e rural e criar mecanismos de reutilização da água, captação, adução e dessalinização, em regime de consórcios.
7ª	Estudar a criação de um Fundo de Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.
8ª	Apoiar os municípios na elaboração e implantação dos planos e programas municipais de habitação de interesse social.
9ª	Preservar os sítios e monumentos históricos, o patrimônio cultural (material e imaterial) e o patrimônio ambiental.
10ª	Apoiar os municípios, através do Ministério das Cidades, na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, a exemplo do que foi feito com os planos de habitação.

TEMA: MEIO AMBIENTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Promover a recuperação dos recursos ambientais, combatendo a desertificação.
2ª	Estudar a criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, objetivando fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, de modo a efetivar o Pacto Federativo.
3ª	Estudar a instituição do pagamento por serviços ambientais para a conservação e preservação dos recursos naturais.
4ª	Criar política para a Agroecologia, assegurando o envolvimento dos produtores na agricultura orgânica.
5ª	Implementar o Projeto Intersetorial de Revitalização das Microbacias do Estado do Ceará.
6ª	Apoiar a criação da Rede de Articulação Sócioambiental que integre os Conselhos Municipais de Meio Ambiente – CONDEMAS.
7ª	Implementar política de proteção das nascentes, das matas ciliares e dos recursos hídricos e seus afluentes, componentes das bacias Curu e Aracatiaçu.
8ª	Estudar a criação do programa de Agente Ambiental.
9ª	Integrar o Sistema de Regularização Fundiária à delimitação das Reservas Legais, para o cumprimento às normas ambientais e acesso às linhas de crédito.
10ª	Implementar política de educação ambiental nas comunidades rurais.

TEMA: RECURSOS HÍDRICOS

RANKING	AÇÃO
1ª	Elaborar plano para definição de soluções alternativas e de modelo de gestão, com base em critérios técnicos e sócioeconômicos, estabelecendo o programa "ÁGUA PARA TODO O CEARÁ".
2ª	Planejar a implantação de sistemas de adutoras para atendimento de populações urbanas do interior do Estado.
3ª	Planejar a execução de obras (barragens vertedouras e barragens subterrâneas) para otimizar a perenização dos rios.
4ª	Empreender esforços para finalizar a construção do Eixão das Águas e iniciar a construção do Cinturão das Águas.
5ª	Implementar ações educativas visando ao uso racional e à preservação dos recursos hídricos.
6ª	Consolidar e ampliar a rede hidrometeorológica do Estado.
7ª	Estudar a implantação de pequenos sistemas de abastecimento de água (poços com chafarizes dessalinizadores, cisternas, barragens subterrâneas) no campo, priorizando o uso de energias alternativas.
8ª	Continuar a operação e a manutenção da infraestrutura hídrica, com ênfase na busca de apoio da União, para a reabilitação da infraestrutura hídrica federal, com vistas à integração do Rio São Francisco.
9ª	Expandir a prática da tecnologia de coleta de água da chuva (incentivo à construção de cisternas e mandalas).
10ª	Elaborar base cartográfica associada a um sistema integrado de informações geográficas para uso dos diversos setores governamentais.

TEMA: INFRAESTRUTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Ampliar a implantação de novas rodovias.
2ª	Planejar a viabilização para os contornos rodoviários, retirando o tráfego pesado das cidades localizadas nos corredores produtivos.
3ª	Consolidar o Terminal Portuário de uso Misto do Pecém com a ampliação do Terminal Portuário (2ª etapa).
4ª	Promover a articulação para assegurar a implantação e a restauração das rodovias federais em nosso território.
5ª	Ampliar a restauração de rodovias.
6ª	Planejar a correção do traçado das rodovias estaduais, com a finalidade de eliminar os locais potencialmente perigosos (alargamento de cortes e melhorias das curvas).
7ª	Planejar a implantação de iluminação pública, com modernas tecnologias, utilizando redes subterrâneas em centros históricos, comerciais, esportivos e áreas de atração turística.
8ª	Articular-se com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para a inserção de uma tarifa diferenciada para o Sistema de Recursos Hídricos e o meio rural, atendendo prioritariamente a agricultura familiar.
9ª	Planejar o reforço do Sistema Elétrico Rural, passando de monofásico para trifásico.
10ª	Ampliar o Programa Alô Ceará.

TERRITÓRIO LITORAL NORTE

Camocim, Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, Morrinhos e Uruoca

EIXO: SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA**TEMA: EDUCAÇÃO BÁSICA**

RANKING	AÇÃO
1ª	Reestruturar a carreira do magistério e estruturar a carreira dos servidores técnico-administrativos, com a realização de concurso público.
2ª	Adequar as escolas rurais com base na educação contextualizada (do campo).
3ª	Assegurar a evolução do desempenho escolar dos estudantes para que aprendam o esperado ao final de cada série e etapa da educação básica, tendo como medidas de referência avaliações externas como a Prova Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – SPAECE.
4ª	Implantar, gradualmente, o ensino médio regular em tempo integral e promover a progressiva ampliação da jornada escolar.
5ª	Fortalecer, ampliar e qualificar as ações voltadas para educação especial e inclusão educacional, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e temas transversais.
6ª	Construir escolas de tempo integral.
7ª	Desenvolver ações que acelerem o processo de universalização do acesso à pré-escola (crianças de quatro e cinco anos), com o compromisso de construção de 240 Centros de Educação Infantil – CEIs, através de parceria do Estado com a União e os municípios.
8ª	Promover a melhoria e a ampliação do serviço de transporte escolar, para garantir a segurança e qualidade ao transporte dos estudantes.

9 ^a	Fortalecer a capacidade do Estado de formar professores para o adequado atendimento aos alunos com necessidades especiais.
10 ^a	Consolidar e ampliar a oferta diversificada do Ensino Médio, articulado com a educação profissional e com a continuidade dos estudos em nível superior.

TEMA: EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Fortalecer a inovação tecnológica no setor agropecuário para a inserção competitiva da Agricultura Familiar no Estado do Ceará.
2 ^a	Consolidar e expandir a rede de ensino profissional no interior do Estado.
3 ^a	Ampliar os programas para a formação de jovens para o mercado de TI e estimular a criação de incubadoras de empresas de bases tecnológica e social, articuladas com o empreendedorismo e associativismo locais e das comunidades.
4 ^a	Interiorizar o ensino superior através de núcleos da UECE.
5 ^a	Implementar formação docente continuada para o nível superior.
6 ^a	Implantar cursos profissionalizantes nas escolas de Ensino Médio dos municípios/região, observando a realidade vocacional.
7 ^a	Prospectar a abertura, de forma integrada e interinstitucional, de novos cursos para formação de professores em áreas estratégicas, para atender aos projetos estruturantes do Estado.
8 ^a	Criar cursos universitários atendendo às vocações regionais.
9 ^a	Qualificar professor de nível superior para o exercício do magistério.
10 ^a	Fortalecer a Rede de Ensino Profissional em nível técnico e tecnológico, através de apoio financeiro, respeitando as demandas locais.

TEMA: SAÚDE

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Universalizar o SAMU em todo Estado do Ceará, com a implantação dos quatro Polos.
2 ^a	Construir Farmácias Especiais do Estado para dispensa dos medicamentos de alto custo.
3 ^a	Construir um Centro de Hemodiálise na região.
4 ^a	Manter e ampliar os Repasses Financeiros aos municípios.
5 ^a	Defender a aprovação da regulamentação da Emenda 29.
6 ^a	Implantar 32 Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, em todo o Estado.
7 ^a	Construir Casas de Acolhimento e Cuidado aos dependentes químicos de crack e de outras drogas, com trinta leitos cada. Seis Casas na capital e Casas no interior (uma por regional de saúde).
8 ^a	Ampliar o quadro de profissionais da saúde.
9 ^a	Implantar UTI's neonatal na macrorregional, em Sobral, e melhor distribuição dos leitos de UTI adulto, infantil e neonatal nas demais microrregionais.
10 ^a	Implantar o Programa de Valorização dos Trabalhadores e Promoção de Ambientes de Trabalho Saudáveis.

TEMA: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Desenvolver um projeto de inclusão social pelo trabalho para os egressos do sistema penal, dependentes químicos, deficientes físicos e egressos dos CAPS.
2 ^a	Fortalecer e ampliar o Programa Ceará Acessível, intersectorializando com as políticas públicas.
3 ^a	Estudar a criação de programa com ações inovadoras de qualificação tecnológica e social de jovens e de suas famílias.
4 ^a	Capacitar, de forma continuada, os atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.
5 ^a	Integrar a execução do Programa de Enfrentamento ao crack e a outras drogas.
6 ^a	Adotar políticas públicas de combate e enfrentamento ao turismo sexual e ao tráfico de mulheres.
7 ^a	Estudar a implantação de Casas de Passagem e Abrigos.
8 ^a	Ampliar os programas de empreendedorismo juvenil.
9 ^a	Estudar a implantação de repúblicas para acolher jovens, com vínculos familiares e comunitários rompidos, oriundos do Serviço de Acolhimento, de internação hospitalar e de comunidades terapêuticas.
10 ^a	Promover campanhas educativas, de caráter permanente, para o enfrentamento à discriminação de gênero, raça e diversidade sexual.

TEMA: CULTURA

RANKING	AÇÃO
1 ^a	Buscar a universalização dos programas de formação e capacitação profissional em cultura, artes e ofícios em rede.
2 ^a	Planejar a criação do Instituto do Patrimônio Histórico-Cultural do Ceará.
3 ^a	Institucionalizar os Fóruns Regionais de Cultura e os Fóruns de Linguagens Artísticas para garantir a efetiva participação na elaboração e execução das políticas públicas no Estado.
4 ^a	Promover a revisão da Legislação Cultural do Estado, em especial à Lei de Incentivo.
5 ^a	Planejar a implantação de programas de capacitação de gestores públicos de cultura e de produtores culturais.
6 ^a	Planejar a criação de programas de apoio à produção cultural e artística no Ceará, criando e implementando novos editais, prêmios e memoriais.
7 ^a	Consolidar as relações entre cultura e educação, tendo na escola um espaço de fruição, de experimento e de valorização da arte e cultura.
8 ^a	Implantar uma rede de equipamentos culturais públicos regionais.
9 ^a	Resgatar e preservar as culturas e tradições da população indígena, negra e pescadores do território, como vetor de enriquecimento humano.
10 ^a	Incentivar e apoiar a formação de grupos populares.

TEMA: ESPORTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Desenvolver parcerias para construção de Centros Poliesportivos Regionais, para servir como polo de formação de atletas.
2ª	Desenvolver parcerias para fortalecer e viabilizar "Praças da Juventude" (complexos socioesportivos).
3ª	Construir uma pista de skate nos municípios com população acima de 50 mil habitantes.
4ª	Planejar a construção de estações náuticas para desenvolvimento das modalidades: Kitesurf, Bodyboard, Windsurf e Surf, visando ao fortalecimento do turismo esportivo.
5ª	Lançar edital público para seleção e contratação dos melhores projetos esportivos sociais.
6ª	Criar programas de capacitação e de fortalecimento institucional nas secretarias municipais de esporte e órgãos afins.
7ª	Estimular a formação de uma indústria criativa do esporte e qualificação de grupos produtivos comunitários, organizando-os como Arranjos Produtivos Locais – APLs.
8ª	Criar uma equipe interdisciplinar permanente, para atuar na formação e no desenvolvimento de atletas e paratletas de alto rendimento.
9ª	Firmar parcerias permanentes com o movimento social organizado e com os órgãos de segurança pública, atuando na prevenção do uso de drogas e na reabilitação do usuário.
10ª	Estruturar os Conselhos Municipais do Esporte.

TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA

RANKING	AÇÃO
1ª	Criar e implantar um programa estratégico de educação à cidadania, voltada à prevenção e ao combate ao uso das drogas lícitas ou ilícitas, notadamente entre crianças e adolescentes, estendendo o atendimento a suas respectivas famílias.
2ª	Formular uma Política de Cargos e Salários para os policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários, defensores públicos e demais profissionais de segurança pública.
3ª	Construir espaço para reabilitação de usuários de drogas.
4ª	Integrar os programas para a prevenção ao uso de drogas e da violência ao Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack e a outras Drogas.
5ª	Incrementar o processo de interiorização da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, da Perícia Forense e da Defensoria Pública.
6ª	Dar continuidade à política de ampliação dos quadros dos profissionais do Sistema de Segurança Pública, Sistema Penitenciário e Defensores Públicos.
7ª	Aumentar o efetivo de policiais nos municípios do interior.
8ª	Redefinir e apoiar os Conselhos Comunitários de Defesa Social e os Conselhos de Defesa Civil.
9ª	Planejar a implantação de postos de policiamento comunitário.
10ª	Formação continuada dos Conselheiros/as (Conselhos de Direitos e Tutelares) e apoio logístico.

EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR**TEMA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E PESCA**

RANKING	AÇÃO
1ª	Planejar a implantação de centrais de comercialização e de apoio à Agricultura Familiar.
2ª	Criar um programa de aproveitamento da infraestrutura hídrica existente, para a produção familiar irrigada.
3ª	Estimular novas alternativas de produção e tecnologia sustentável, baseadas na pesca artesanal e extrativista.
4ª	Agilizar o Programa de Regularização Fundiária.
5ª	Promover a conscientização e a organização dos pescadores, o zoneamento das áreas de pesca e ordenamento das artes de pesca, a capacitação dos pescadores e a descentralização da fiscalização.
6ª	Estruturar uma política estadual de ATER pública que atenda às necessidades da Agricultura Familiar.
7ª	Implantar programas para fortalecimento das cadeias produtivas de coco, mandioca, carnaúba e banana, com destaque para a cajucultura.
8ª	Garantir permanência do Programa de Regularização Fundiária.
9ª	Reconhecer os colegiados territoriais como espaços de debates e de proposições para outras ações desenvolvidas pelo governo do estado com destaque para o PPA e o governo.
10ª	Apoiar e promover programas de formação e capacitação dos agricultores e agricultoras familiares da região.

TEMA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO/TURISMO

RANKING	AÇÃO
1ª	Criar Programa/Fundo de Incentivo visando a fortalecer o comércio de serviços de hotelaria, gastronomia e prestadores de serviços turísticos no território Litoral extremo Oeste.
2ª	Incentivar o saneamento e a coleta de lixo nos destinos turísticos.
3ª	Implementar e incentivar novas estruturas públicas e privadas, aumentando a competitividade do destino turístico do Ceará (estradas, centro de eventos, aquário, hotéis, campos de golfe).
4ª	Planejar a criação do Fundo de Aval com objetivo de desburocratizar o crédito para o setor do Comércio e Serviço.
5ª	Planejar meios que incentivem a instalação de equipamentos que estimulem a atração de turistas de médio e baixo poderes aquisitivos, como forma de fortalecer a cadeia produtiva do turismo.
6ª	Criar programas de divulgação, distribuição e comercialização dos produtos cearenses para os mercados interno e externo.
7ª	Promover gestão participativa com controle social, para garantir o desenvolvimento do turismo sustentável.
8ª	Implantar programa de qualificação profissional.
9ª	Incentivar o empreendedorismo e a responsabilidade social nas regiões turísticas com a participação da comunidade.
10ª	Fortalecer o programa de capacitação para profissionais da cadeia produtiva do turismo.

TEMA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

RANKING	AÇÃO
1ª	Revisar a política de constituição dos consórcios de Aterro Sanitário, como por exemplo prazos, fonte de recursos para construção dos aterros e localização.
2ª	Substituir as moradias precárias construídas em taipa por sistemas construtivos adequados à saúde, à segurança e ao conforto habitacional.
3ª	Apoiar a melhoria ambiental dos espaços urbanos por meio da qualificação dos logradouros públicos (ruas e praças) e a recuperação dos recursos ambientais com a criação de parques e arborização urbana.
4ª	Estimular a implantação da gestão consorciada de políticas de saneamento ambiental (água, esgoto, resíduo sólido) e transporte público.
5ª	Preservar os sítios e monumentos históricos, o patrimônio cultural (material e imaterial) e o patrimônio ambiental.
6ª	Implantar, ampliar e captar a rede de distribuição de água para zona urbana e rural, bem como criar mecanismos de reutilização, captação, adução e dessalinização da água em regime de consórcios.
7ª	Implementação, em todos os municípios, do Programa de Habitação de Interesse Social, garantindo as condições dignas de habitabilidade, desenvolvido em parceria com município, estado e união.
8ª	Promover o abastecimento de água para 100% da população do território.
9ª	Disponibilizar projetos habitacionais executivos pré-aprovados pelos órgãos de financiamento e de controle urbano para habitação de interesse social.
10ª	Promover esgotamento sanitário para 100% da população do território.

TEMA: MEIO AMBIENTE

RANKING	AÇÃO
1ª	Implantar uma Política de Valorização do Turismo Sustentável, capacitando, profissionalmente, a população nativa.
2ª	Fortalecer e estabelecer a Agenda 21 Estadual, como instrumento de Planejamento Participativo Estratégico para a sustentabilidade.
3ª	Criar áreas de preservação permanente.
4ª	Capacitar jovens para serem agentes de proteção e educação ambiental, disponibilizando bolsas de incentivo.
5ª	Integrar as Escolas com a coleta seletiva dos resíduos sólidos em todos os municípios do território.
6ª	Criar política para a Agroecologia, assegurando o envolvimento dos produtores na agricultura orgânica.
7ª	Avaliar o impacto dos parques eólicos no território.
8ª	Criar alternativas de convivência do homem com a Caatinga, com ações do programa de educação ambiental, incentivando à mudança de hábitos e à consciência ecológica.
9ª	Capacitar pessoal para o reaproveitamento de materiais recicláveis e dotação de equipamentos.
10ª	Estimular a criação de novas áreas protegidas e de novas áreas integralmente protegidas.

TEMA: RECURSOS HÍDRICOS

RANKING	AÇÃO
1ª	Expandir a prática da tecnologia de coleta de água da chuva (incentivo à construção de cisternas e mandalas).
2ª	Empreender esforços para a construção das últimas barragens estratégicas das bacias do Acaraú (Macacos e Jacurutu), Coreaú (Paula Pessoa e Frecheirinha) e Parnaíba (Lontras e Inhuçu), como de açudes de pequeno e médio portes para preenchimento dos vazios hídricos restantes.
3ª	Instituir programa de melhoramento das estradas vicinais dos municípios para possibilitar o uso dos ônibus adequados ao transporte escolar.
4ª	Universalizar o abastecimento de água no Estado.
5ª	Ampliar os investimentos no setor de saneamento.
6ª	Ampliar o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) com cobertura de 100% dos municípios do território.
7ª	Qualificar a Gestão Hídrica no Estado.
8ª	Buscar mecanismos para monitorar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Estado.
9ª	Construir barragem sucessiva.
10ª	Empreender esforços para finalizar a construção do Eixão das Águas e iniciar a construção do Cinturão das Águas.

TEMA: INFRAESTRUTURA

RANKING	AÇÃO
1ª	Articular-se com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para a inserção de uma tarifa diferenciada para o Sistema de Recursos Hídricos e o meio rural, atendendo prioritariamente a agricultura familiar.
2ª	Buscar a implantação do aeroporto do polo turístico de Jericoacoara, na cidade de Cruz.
3ª	Estudar a implantação de pequenos sistemas de abastecimento de água (poços com chafarizes dessalinizadores, cisternas e barragens subterrâneas) no campo, priorizando o uso de energias alternativas.
4ª	Promover a manutenção de pontes existentes e construir pontes e passagem molhada nos municípios onde se estendem os rios Acaraú, Coreaú e alguns afluentes.
5ª	Construir a estrada da Bela Cruz – Parazinho.
6ª	Construir a estrada Barroquinha / Bitupitá
7ª	Planejar a implantação de sistemas de adutoras para atendimento de populações urbanas do interior do Estado.
8ª	Instituir programa de melhoramento das estradas vicinais dos municípios para possibilitar o uso dos ônibus adequados ao transporte escolar.
9ª	Ampliar a implantação de novas rodovias.
10ª	Construir a estrada Marco/Morrinho/Massapê.

3.2 - TEMAS ESTRATÉGICOS

Dentro da perspectiva de definir os compromissos regionais, durante as oficinas os participantes elegeram, em plenária, três temas estratégicos cujos resultados encontram-se a seguir:

Camocim

1 - Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial ao enfrentamento às drogas.

2 - Investimentos para a geração de emprego com incentivos à implantação de um Polo Industrial na Macrorregião.

3 - Desenvolvimento das cadeias produtivas do caju, mandioca, apicultura, turismo, pesca e aquicultura sustentáveis com ATER/ATEPA (Assistência Técnica Piscícola Aquícola).

Itapipoca

1 - Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial ao enfrentamento às drogas.

2 - Fortalecimento do sistema microrregional com a efetivação dos serviços com qualidade e implementação de Centro de Atendimento Psicosocial (CAPS) nos municípios-polo.

3 - Inclusão social por meio do acesso ao lazer, esporte, cultura e capacitação profissional, como política de prevenção e combate ao avanço do uso de drogas na região.

4. PLANO PLURIANUAL - PPA 2012-2015

O Governo do Estado do Ceará, quando da elaboração do PPA 2012-2015, reforça a incorporação dos princípios da participação social e da dimensão territorial, objetivando dar maior transparência à aplicação dos recursos públicos, aos resultados obtidos e explicitar a distribuição regional das metas

e gastos governamentais. A incorporação da dimensão territorial focada na orientação da alocação dos investimentos visa ao equilíbrio territorial, à superação dos desafios e à potencialização das oportunidades regionais.

4.1 - COMPROMISSOS REGIONAIS

Os Compromissos Regionais apresentam-se como um elemento dinamizador da estratégia de articulação de parcerias e da intersetorialidade, premissas contidas nas diretrizes do Plano de Governo. O quadro a seguir apresenta os Compromissos Regionais

pactados segundo as áreas temáticas de governo. Os percentuais apresentados correspondem à proporção em que a área temática figurou como prioridade regional no total das oficinas regionais realizadas, em função do compromisso eleito.

COMPROMISSO REGIONAL	MACRORREGIÃO/SEDE DA OFICINA
ÁREA TEMÁTICA: SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E DEFENSORIA (35%)	
Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial ao enfrentamento às drogas.	RMF (Fortaleza) Litoral Oeste (Itapipoca) Sertão dos Inhamuns (Crateús) Sertão Central (Canindé e Mombaça) Cariri/Centro-Sul (Juazeiro do Norte)
ÁREA TEMÁTICA: SAÚDE (23%)	
Garantia da resolubilidade da atenção à saúde de média complexidade com ações intersetoriais, prioritariamente voltadas ao combate às drogas e acidentes de trânsito.	Sobral/Ibiapaba (Tianguá)
Fortalecimento da atenção à saúde através de uma rede regionalizada, integrando os níveis primário, secundário e terciário, com a construção do Hospital Regional do Litoral Leste/Jaguaribe. Redimensionamento da regionalização da saúde incorporando Jaguaribe como Município-Polo.	Litoral Leste/Jaguaribe (Jaguaribe e Aracati)
Fortalecimento e qualificação da atenção à saúde na média complexidade e das ações intersetoriais para urgência e emergência e dependentes químicos e educação permanente em saúde.	Cariri/Centro-Sul (Iguatu)
ÁREA TEMÁTICA: CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL, (12%)	
Criação de novos cursos públicos e gratuitos de graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) na UECÉ, nas áreas humana, de saúde e de tecnologia.	Sertão dos Inhamuns (Tauá)
Oferta de educação básica em tempo integral, formação profissional, tecnológica e médica na região do Sertão Central.	Sertão Central (Quixeramobim)

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA (6%)	
Desenvolvimento das cadeias produtivas do caju, mandioca, apicultura, turismo, pesca e aquicultura sustentáveis com ATER/ATEPA (Assistência Técnica Piscícola e Aquícola).	Litoral Oeste (Camocim)
ÁREA TEMÁTICA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (6%)	
Integração da malha viária da região.	Sobral/Ibiapaba (Sobral)
ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL (6%)	
Saneamento ambiental: água e esgoto para todo o Maciço de Baturité.	Baturité (Baturité)
ÁREA TEMÁTICA: RECURSOS HÍDRICOS (12%)	
Revitalização da Bacia do Salgado integrando-a ao Canal da Transposição (Eixão das Águas) articulada com o desenvolvimento das cadeias de produção de fruticultura, olericultura, piscicultura, apicultura e bovinocultura de leite.	Cariri/Centro-Sul (Brejo Santo)
Aproveitamento e ampliação dos Recursos Hídricos de maneira racional e sustentável.	Cariri/Centro-Sul (Icó)

• COMPROMISSOS REGIONAIS DO LITORAL OESTE

Território Litoral Norte:

• Desenvolvimento das cadeias produtivas do caju, mandioca, apicultura, turismo, pesca e aquicultura de forma sustentável, em parceria com ATER /ATEPA (Assistência Técnica Piscícola Aquícola).

Território Litoral Oeste:

• Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública e Justiça e política integrada de valorização da vida e de apoio à família no combate à violência, em especial ao enfrentamento às drogas.

Os participantes da oficina do Território do Litoral Norte, com base na necessidade de potencializar vocações originárias das cadeias produtivas e turísticas da região, afirmaram que o incremento e a

sustentabilidade da renda do agricultor, sua inclusão produtiva e social dependeriam do fortalecimento das cadeias produtivas por meio da assistência técnica continuada, das condições de infraestrutura, de uma agricultura familiar fortalecida e da recuperação das áreas degradadas. Demanda recorrente em outras regiões, os participantes dos municípios do Território do Litoral Oeste expressaram também a questão da Segurança Pública com foco no enfrentamento às drogas.

4.2 - PROGRAMAS E METAS REGIONALIZADAS

O Programa Temático retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios

e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade e se desdobra em Objetivos e Iniciativas.

EIXO: SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	00273 - Ampliar em 20.143 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional-EEEP.	347	1.040	1.387
021 - Promoção da Juventude	01503 - Ampliar o atendimento do Programa E-Jovem para os 184 municípios até 2014.	27	27	27
023 - Igualdade Étnico-Racial	01504 - Elevar em 30% a matrícula do ensino médio nas escolas indígenas até 2015.	155	464	464
	01505 - Atender, até 2015, a 100% das comunidades indígenas e quilombolas com construção, ampliação e reforma/adequação das unidades escolares.	4	10	14
	01507 - Atender, até 2015, a 100% dos professores e gestores das escolas indígenas com formação continuada e em serviço, observando as peculiaridades dessa modalidade de ensino.	40	119	159
	01846 - Garantir as condições básicas para a efetividade do processo de ensino/aprendizagem dos conteúdos referentes à história e às culturas afro-brasileira e indígena nas 665 escolas da rede estadual.	39	39	39
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	01751 - Atender a 200 escolas da rede pública estadual com projetos de promoção da Cultura de Paz até 2015.	27	27	27
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	00511 - Garantir padrões básicos de funcionamento a 238 escolas da rede estadual para atendimento aos alunos com deficiência.	7	14	21
	00512 - Garantir acessibilidade aos alunos de 665 escolas estaduais, de acordo com as normas da ABNT, até 2015.	39	39	39
	01510 - Promover formação em serviço para 1.531 professores que atuam na educação especial.	24	73	97
072 - Aprendizagem das Crianças na Idade Certa	00590 - Ampliar as ações do Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC para os 427.533 alunos do 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental das escolas públicas.	52.762	158.286	158.286

072 - Aprendizagem das Crianças na Idade Certa	00632 - Implantar 161 Centros de Educação Infantil - CEI, apoiando os municípios na ampliação do atendimento das crianças de 0 a 5 anos.	1	20	21
	00633 - Apoiar os 184 municípios na implementação de políticas direcionadas para melhoria da aprendizagem dos alunos, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.	27	27	27
073 - Organização e Gestão da Educação Básica	01343 - Prover as 665 escolas da rede pública estadual com materiais didáticos e pedagógicos para elevar o desempenho acadêmico dos estudantes.	39	39	39
	01344 - Apoiar financeiramente o desenvolvimento de projetos ambientais em até 186 escolas estaduais, por ano, até 2015.	19	57	76
	01345 - Criar Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola-com-Vida em 1.000 escolas públicas até 2015.	24	60	84
	01348 - Certificar, anualmente, 8.135 alunos matriculados na educação de jovens e adultos no formato semipresencial até 2015.	509	1.527	2.036
	01351 - Garantir as condições básicas de funcionamento com equidade às 665 unidades escolares da rede pública estadual, assegurando a infraestrutura e os insumos indispensáveis ao desenvolvimento da aprendizagem.	39	39	39
	01352 - Garantir a melhoria do transporte escolar para o acesso dos 143.895 alunos do campo/zona rural, na faixa etária de educação escolar obrigatória, às unidades de ensino.	24.407	24.407	24.407
	01353 - Implementar nas 665 escolas estaduais a metodologia da superintendência escolar como instrumento de planejamento, acompanhamento e monitoramento.	39	39	39

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	03026 - Adaptar o espaço físico dos 8 campi da UECE às formas de acessibilidade e mobilidade.	1	1	1
068 - Educação Superior	01213 - Ampliar de 18.000 para 21.800 o número de matrículas nos cursos de graduação da UECE.	1.890	2.180	2.180
	01240 - Aumentar de 1.647 para 1976 (5% ao ano) a produção científica na UECE.	4	10	14
	01250 - Aumentar de 81.000 para 115.830 (10% ao ano) o número de pessoas atendidas com ações de extensão na UECE.	8.910	11.583	11.583

069 - Educação Profissional	01257 - Ampliar em 40% os grupos voltados à extensão cultural e artística.	1	1	1
	00613 - Avaliar e monitorar 100% dos contratos de gestão firmados pela SECITECE.	1	3	4
	00624 - Realizar melhorias de infraestrutura física e de equipamentos em 12 Centros Vocacionais Tecnológicos.	1	-	1
070 - Ciência, Tecnologia e Inovação	00493 - Formar 990 multiplicadores na área de Ciências.	-	120	120
	01296 - Realizar 73 eventos para difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional.	5	4	9
	01319 - Realizar 8 concursos de experiências científicas.	-	1	1

SECRETARIA DA SAÚDE - SESA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
025 - Enfrentamento às Drogas	00583 - Apoiar os 184 municípios cearenses na implantação/implementação de ações voltadas ao enfrentamento da dependência de álcool, crack e de outras drogas.	23	23	23
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	01787 - Apoiar os 31 municípios que prestam atendimento especializado à pessoa com deficiência.	8	8	8
027 - Atenção à Pessoa Idosa	01744 - Apoiar 100% dos municípios na implementação da saúde da pessoa idosa na atenção primária.	27	27	27
	01745 - Ampliar o atendimento especializado em geriatria e gerontologia para 100% das regiões de saúde do Estado do Ceará.	-	3	3
	02980 - Capacitar cuidadores de pessoas idosas para Rede de Atenção Primária à Saúde.	45	66	111
030 - Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS	00387 - Implantar o Sistema de Acompanhamento Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS nas 21 Coordenadorias Regionais de Saúde.	3	3	3
	00440 - Qualificar em 100% a Rede de Ouvidorias da SESA.	1	2	3
	00497 - Realizar 143 eventos para conselheiros e lideranças no âmbito Estadual, Macro e Microrregional e Municipal.	3	10	13
	01797 - Implantar e Estruturar o Sistema Estadual Rede Escola do SUS.	1	1	1
	01799 - Apoiar a implantação do Sistema Integrado da Gestão da Força de Trabalho e da Educação em Saúde na rede SESA.	-	1	1

030 - Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS.	01807 - Modernizar a infraestrutura de tecnologia da informação das Microrregiões de Saúde, unidades próprias, vinculadas e áreas técnicas de nível central da SESA.	3	3	3
	01845 - Implementar o Plano de Educação Permanente em Saúde.	1	1	1
	01863 - Implantar Núcleos Executivos da ESP nas Microrregiões de Saúde.	-	3	3
	01864 - Capacitar Trabalhadores do SUS.	1.235	2.369	3.604
	01865 - Capacitar profissionais e comunidade por meio de Ações Educativas em Saúde Pública.	630	1.390	2.020
	02995 - Fomentar a realização de pesquisas sobre temas relevantes para o SUS.	1	-	1
037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	00136 - Garantir padrão de atendimento de qualidade: Acreditação/Certificação para todas as Unidades de Saúde do Estado.	3	3	3
	00986 - Apoiar 100% dos municípios na organização e qualificação das ações de Saúde Mental.	23	23	23
	01700 - Implementar um Sistema de Informação gerencial padronizado para todos os CEO's, Policlínicas e Hospitais Terciários com implantação progressiva visando à efetivação em 100% até 2015.	3	2	2
	01724 - Garantir a implantação/ implementação de 17 serviços especializados de Saúde do Trabalhador.	-	2	2
	01726 - Configurar o desenho das Redes de Urgências, articuladas com as Redes Cegonha e Psicossocial em 100% das Regiões de Saúde.	3	3	3
	01729 - Implantar/implementar as 32 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs.	3	4	4
	01730 - Implementar as unidades de emergências nos Hospitais componentes do Sistema Estadual de Urgência e Emergência.	3	3	3
	01731 - Apoiar 100% dos municípios com população maior que 100 mil habitantes na implantação da atenção domiciliar.	1	1	1
	01732 - Preparar 100% das unidades que integram a Rede de Urgência e Emergência para o atendimento a desastres, catástrofes e incidentes com múltiplas vítimas.	3	3	3
	01734 - Apoiar os 184 municípios para obtenção de uma cobertura mínima de 70% do SISVAN-Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.	27	27	27
	01739 - Implantar Centros de Especialidades Odontológicas em 10 regiões de saúde.	2	-	2
	01743 - Apoiar o desenvolvimento de ações promotoras de saúde bucal em 100% dos municípios.	15	27	27

037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	01747 - Monitorar 33 Hospitais-Polo, 15 Hospitais Estratégicos e 64 Hospitais de Pequeno Porte para garantia de atendimento aos pacientes encaminhados pela Atenção Primária.	15	15	15
	01749 - Monitorar unidades que realizam atendimentos especializados em oftalmologia em 30 municípios.	3	3	3
	01750 - Implantar/implementar ações de prevenção à cegueira do RN em maternidades credenciadas ao Sistema Único de Saúde - SUS em 138 municípios.	21	21	21
	01771 - Apoiar a organização dos serviços de Atenção à Saúde do Homem em 100% dos municípios com população maior que 100 mil habitantes.	1	1	1
	01792 - Garantir padrão de atendimento e qualidade: acreditação/certificação para 50% das Unidades da Rede SESA do Estado até 2015.	1	2	2
	01818 - Garantir a implantação de serviços especializados em Fitoterapia nas 08 (oito) Macrorregiões do Estado.	-	6	6
	01823 - Estruturar a Rede de Assistência Farmacêutica Básica e Especializada nas 08 (oito) Macrorregiões do Estado.	-	1	1
	01824 - Garantir o abastecimento e atendimento de 80% dos fármacos padronizados no elenco da Programação Pactuada Integrada - PPI da Assistência Farmacêutica Básica e Especializada aos 184 municípios.	27	27	27
	01826 - Apoiar os projetos financiados com recursos do Programa de Cooperação Federativa para melhoria da infraestrutura física e tecnológica das Unidades de Saúde.	22	53	75
	065 - Promoção, Proteção e Vigilância à Saúde	01746 - Reestruturar a Rede de Frio das 22 Microrregiões.	1	1
01762 - Implantar o Programa de Vigilância de populações expostas às substâncias químicas em 96 Municípios do Estado.		-	10	10
01763 - Implementar o Sistema Municipal de Vigilância Sanitária nos 184 Municípios.		27	27	27
01764 - Implementar o Sistema Municipal de Informação em Saúde nos 184 Municípios.		27	27	27
01765 - Estruturar as 22 Microrregiões de Saúde para o desenvolvimento de ações de prevenção e controle das zoonoses e DTV.		2	2	2
01766 - Implementar o Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica nos 184 Municípios.		27	27	27
01767 - Implementar as ações de prevenção e controle das DST/AIDS e sífilis congênita nos 184 Municípios.		27	27	27

065 - Promoção, Proteção e Vigilância à Saúde	01769 - Implementar o Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica das doenças e agravos não transmissíveis nos 184 Municípios.	27	27	27
	01770 - Ampliar para os 184 municípios a notificação e investigação dos acidentes de trabalho fatal, com mutilações e acidentes de trabalho em crianças e adolescentes.	-	27	27
	02986 - Estruturar 22 Laboratórios de Entomologia e Base de UBV.	1	2	3
	02987 - Estruturar 21 Redes de Frio e adquirir um caminhão frigorífico.	1	2	3

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
021 - Promoção da Juventude	00905 - Qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores.	1.475	4.655	6.130
	01304 - Inserir 28.150 jovens trabalhadores no mercado de trabalho.	4.444	1.395	5.839
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	01383 - Assegurar o apoio financeiro a municípios na realização de serviços e projetos voltados para 4.250 pessoas com deficiência.	300	350	650
027 - Atenção à Pessoa Idosa	01384 - Apoiar financeiramente 7.400 pessoas idosas em municípios.	600	200	800
049 - Trabalho, Emprego e Renda	00195 - Cadastrar 20.102 artesãos de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos.	313	1.024	1.337
	00197 - Qualificar 7.110 artesãos.	261	855	1.116
	00198 - Apoiar 340 entidades artesanais e grupos produtivos.	3	12	15
	00322 - Inserir 393.228 trabalhadores no mercado de trabalho.	5.898	17.696	23.594
	00325 - Qualificar e requalificar 58.300 trabalhadores.	1.150	3.450	4.600
	00342 - Realizar 9.000 operações de microcrédito.	75	225	300
	00585 - Realizar 238 ações de qualificação em Economia Solidária.	11	39	50
	00587 - Realizar 32 Feiras Regionais de Comercialização e Consumo Solidário e 2 Feiras de Negócios na Região Metropolitana de Fortaleza.	1	3	4
	00588 - Apoiar 624 grupos de empreendedores solidários.	20	66	86
	01036 - Conceder 7.200 instrumentais de trabalho para trabalhadores qualificados.	200	600	800
	01605 - Assegurar a manutenção da infraestrutura das 7 lojas do CEART.	1	1	2
	01805 - Capacitar 6.500 microempreendedores.	75	225	300

049 - Trabalho, Emprego e Renda	03044 - Atender a 3.160.972 trabalhadores com o benefício de Seguro-Desemprego.	47.414	142.244	189.658
	03046 - Qualificar 1.800 jovens em atividades empreendedoras.	150	150	150
	03048 - Qualificar 7.200 trabalhadores desempregados.	150	150	150
050 - Assistência Social	01035 - Atender a 3.100 crianças de 0 a 5 anos em Centros de Educação Infantil.	400	400	400
	01044 - Capacitar 4.960 pessoas da entidade executora do programa e dos municípios beneficiados.	426	854	1.280
	01086 - Prestar assessoramento técnico aos 184 municípios.	27	27	27
	01125 - Assegurar o cofinanciamento dos benefícios eventuais nos 184 municípios.	19	8	27
	01135 - Capacitar 7.380 profissionais das equipes municipais da Proteção Social Básica e do banco de dados do CADÚNICO.	135	405	540
	01142 - Assegurar o cofinanciamento das ações do Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF nos 184 municípios.	22	5	27
	01155 - Atender a 156.550 famílias por meio do PAIF e do Estação Família.	17.000	3.850	20.850
	01158 - Atender a 4.830 pessoas através de ONGs da rede de proteção social.	180	540	720
	01755 - Atender a 17.000 famílias em situação de vulnerabilidade social nos Centros de Referência da Assistência Social.	-	500	500
	01756 - Atender a 4.000 pessoas nas bibliotecas públicas construídas no âmbito do PROARES.	2.400	800	3.200
	01757 - Atender a 23.600 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros.	3.000	3.000	6.000
	01808 - Beneficiar 10.500 famílias cadastradas no CADÚNICO.	125	375	500
	01836 - Atender a 50.934 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS municipais e regionais.	3.114	3.240	6.354
	01838 - Retirar 18.675 crianças e adolescentes do trabalho infantil.	618	1.854	2.472
	01839 - Qualificar 5.242 adolescentes, jovens e agentes públicos.	192	462	654
01843 - Ampliar para 104 o número de CREAS com o serviço de atendimento das medidas em meio aberto.	8	9	17	
01876 - Qualificar 700 adolescentes e jovens com cursos profissionalizantes.	-	25	25	
02992 - Subsidiar 32 entidades que prestam serviços de acolhimento institucional a crianças, adolescentes e idosos, socioeducativos para pessoas com deficiências.	1	1	1	

051 - Segurança Alimentar e Nutricional	00889 - Implantar em 92 municípios os mecanismos de gestão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.	3	11	14
	00890 - Instituir processos continuados de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada, com o desenvolvimento de 361 ações de capacitação.	5	6	11
	00896 - Assessorar os 184 municípios do estado na implementação de conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional.	6	21	27
	00898 - Apoiar a implantação de 64 equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, feiras e mercados públicos).	2	6	8
	00901 - Apoiar a implementação de 80 projetos municipais voltados para produção de alimentos.	3	9	12

SECRETARIA DA CULTURA - SECULT

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
006 - Memória Cultural	00008 - Realizar 32 ações socioeducativas na área do patrimônio nas 08 macrorregiões do Estado sensibilizando 1.000 pessoas para preservação do patrimônio.	1	3	4
	00011 - Incentivar, assessorar e monitorar a implantação de 16 Arquivos Públicos.	1	1	2
	00509 - Selecionar, reconhecer e apoiar, por ano, 60 Mestres da Cultura Tradicional Popular até 2015.	6	6	6
	00514 - Incentivar, assessorar e monitorar 96 museus no Estado do Ceará cadastrados no SEM/CE.	12	12	12
007 - Incentivo às Artes e Culturas Regionais do Ceará	00568 - Modernizar e dinamizar 23 equipamentos culturais.	1	1	1
	00570 - Implantar 08 equipamentos culturais nas macrorregiões.	1	-	1
	00575 - Realizar 32 Festivais Regionais de Música por meio do Sistema de Bandas de Música.	1	3	4
	00637 - Apoiar 300 projetos de demandas espontâneas nos diversos seguimentos culturais.	9	27	36
	00639 - Realizar 16 seminários regionais.	2	-	2
	00641 - Apoiar a realização de 400 cursos livres, nos seis segmentos de linguagem, nas 8 macrorregiões.	20	30	50

007 - Incentivo às Artes e Culturas Regionais do Ceará	00642 - Realizar 8 cursos voltados para a formação de guias e agentes patrimoniais.	-	1	1
	00661 - Apoiar os 100 novos pontos selecionados no II Edital Pontos de Cultura do Estado do Ceará.	11	11	11
	00666 - Realizar 32 Encontros do Sistema Estadual de Teatro.	1	3	4
	00667 - Realizar 32 Encontros do Sistema Estadual de Centros Culturais.	1	3	4
008 - Incentivo à Leitura e ao Conhecimento	00668 - Realizar 32 Encontros Regionais de Bandas de Música.	1	3	4
	00013 - Reformar 12 espaços físicos para sediar bibliotecas públicas.	-	1	1
	00017 - Realizar 16 feiras de livros, sendo 08 Feiras de Sebo e 08 Feiras Regionais.	1	-	1
021 - Promoção da Juventude	00517 - Realizar 64 cursos de formação na área de biblioteca, sendo 2 cursos por ano em cada macrorregião.	2	6	8
	00530 - Conceder bolsas a 640 jovens artistas de 30 municípios de baixo IDM nas 8 macrorregiões.	40	40	40
	00538 - Realizar 64 atividades socioeducativas, sendo 16 oficinas de <i>hip hop</i> ao ano, contemplando grafite, <i>MC</i> , <i>dance</i> e <i>break</i> .	2	6	8
	00539 - Realizar 32 seminários sobre juventude e segurança pública.	1	3	4
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	01788 - Conceder 290 bolsas para agentes de leitura, sendo 280 agentes e 10 articuladores em 41 municípios de alto Índice de Focalização de Agentes de Leitura - IFAL.	30	30	30
	00548 - Realizar 128 cursos de arte e cultura.	4	12	16
	00554 - Realizar 32 festivais regionais itinerantes (alternando nas macrorregiões) para pessoas com deficiência.	1	3	4

SECRETARIA DO ESPORTE - SESPORTE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
071 - Esporte - Educação, Participação e Lazer	00974 - Implantar e manter 500 núcleos esportivos em todo o Estado.	44	44	44
	00975 - Atender a 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos.	4.200	4.200	4.200
	00976 - Conceder 3.000 bolsas a crianças e adolescentes.	317	317	317
	00977 - Gerar ocupação e renda para 1.000 profissionais da área de esporte e lazer.	125	125	125
	01279 - Atender a 5.250 pessoas no desenvolvimento da prática esportiva e de lazer.	100	300	400
	01776 - Atender a 5.250 pessoas no desenvolvimento da prática esportiva e de lazer, no âmbito do FUNDEJ.	100	300	400
	092 - Ceará no Esporte de Rendimento	01599 - Promover 60 eventos esportivos de aventura e natureza.	2	6
093 - Infraestrutura Esportiva e de Lazer	01544 - Construir 25 pistas de skate regionais em municípios com população acima de 50 mil habitantes.	2	2	2

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SSPDS

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
012 - Segurança Pública Comunitária	03000 - Ampliar a atuação do Ronda do Quarteirão para municípios acima de 30 mil habitantes - Polícia Militar.	3	7	10
	03006 - Criar 15 postos de vigilância e atendimento de salvamento aquático em áreas de concentração turística na região metropolitana e interior do Corpo de Bombeiros Militar.	1	2	3
	03007 - Aumentar em 45 o número de municípios atendidos pelos projetos sociais do Corpo de Bombeiros Militar.	2	4	6
	03009 - Capacitar 3.000 pessoas para atuarem como multiplicadores em prevenção e intervenção à violência contra crianças e adolescentes - Polícia Civil.	100	200	300
	03028 - Implantar e aparelhar 20 postos de articulação comunitária - SSPDS.	1	-	1
	03032 - Capacitar 4.000 cidadãos cearenses - SSPDS.	74	222	296
	03050 - Implantar 26 Postos de Identificação Civil distribuídos nas 8 macrorregiões do Estado do Ceará - Perícia Forense.	4	1	5

015 - Segurança Pública Integrada	00827 - Oferecer cursos de formação continuada para 8.000 profissionais de segurança pública do Estado do Ceará - AESP.	50	150	200	
	01965 - Construir 12 Delegacias de Polícia Civil integrada com o destacamento da Polícia Militar no interior do Estado.	2	-	2	
	01966 - Reformar 15 Delegacias Regionais de Polícia Civil no interior do Estado.	2	2	4	
	01969 - Adquirir 200 viaturas para atender a capital e interior do Estado - Polícia Civil.	7	14	21	
	01981 - Reparar 105 delegacias da Polícia Civil.	2	7	9	
	02068 - Reformar 32 Quartéis da Polícia Militar.	1	1	2	
	02069 - Equipar 42 Quartéis da Polícia Militar com armamentos, equipamentos e aprestos utilizados pelos policiais militares.	-	2	2	
	02074 - Adquirir 872 viaturas para atender a capital e o interior do Estado - Polícia Militar.	30	40	70	
	02168 - Construir 2 unidades operacionais na capital, 1 na região metropolitana e 6 no interior do Estado do Corpo de Bombeiros Militar.	-	1	1	
	02991 - Capacitar 1.600 membros dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) - AESP.	20	60	80	
	03033 - Construir 6 núcleos da Perícia Forense.	-	1	1	
	03034 - Aparelhar e modernizar 13 unidades da Perícia Forense.	-	1	1	
	016 - Gestão de Riscos e Desastres	00351 - Construir 3 unidades regionais do núcleo de resposta da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.	-	1	1
		00867 - Capacitar 4.000 cidadãos cearenses em temas alusivos à vulnerabilidade social e à prevenção de desastres - SSPDS.	74	222	296
01440 - Realizar 48 cursos para capacitação dos integrantes dos órgãos estadual e municipal de defesa civil.		1	3	4	
01441 - Beneficiar 184 municípios atingidos por desastres para socorro às vítimas, reabilitação e reconstrução de cenários.		27	27	27	
01446 - Planejar e executar obras estruturantes para reduzir o potencial das ameaças naturais e socioambientais e as vulnerabilidades dos 184 municípios cearenses.		6	21	27	
01499 - Capacitar 10.000 alunos das escolas estaduais para a prevenção de riscos de desastres.		200	750	950	
02394 - Adquirir 75 viaturas operacionais do Corpo de Bombeiros Militar.		2	5	7	
03027 - Capacitar 360 bombeiros militares em prevenção e atuação em cenários de desastres e segurança pública.		10	30	40	

021 - Promoção da Juventude	00871 - Atender a 4.000 jovens com o desenvolvimento de projetos de promoção da defesa social e do protagonismo em favor da paz - SSPDS.	74	222	296
	02467 - Expandir o atendimento para 1.113.600 crianças do Projeto "Turminha do Ronda" - Polícia Militar.	32.880	98.640	131.520
	02468 - Atender a 167.000 crianças com o Projeto "Um dia com o Ronda na Escola".	5.050	15.150	20.200
	02469 - Expandir o atendimento para 3.000 crianças do Projeto "Violão Comunitário" - Polícia Militar.	90	270	360
	02496 - Contemplar 6.000 jovens com o projeto Jovem Bombeiro Voluntário.	188	564	752
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	00176 - Capacitar 4.000 cidadãos cearenses na temática de Direitos Humanos - SSPDS.	74	222	296
	02580 - Confeccionar e distribuir 1.000.000 cartilhas sobre a temática dos direitos humanos - Polícia Militar.	26.000	78.000	104.000
025 - Enfrentamento às Drogas	00249 - Atender 2.000 jovens no Projeto Reforçando Oportunidade e Negando Drogas (ROND) - SSPDS.	40	120	160
	00250 - Capacitar 4.000 conselheiros comunitários de defesa social na temática da prevenção à violência e ao uso indevido de drogas - SSPDS.	74	222	296
	02675 - Formar 400.000 estudantes (crianças e adolescentes) do Estado do Ceará no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) - Polícia Militar.	11.000	33.000	44.000
	02676 - Expandir o PROERD para 145 municípios do Estado - Polícia Militar.	7	18	25
	02716 - Reparar 13 laboratórios de toxicologia nos núcleos regionais de Perícia Forense.	-	1	1
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	00887 - Capacitar 4.000 conselheiros comunitários de defesa social em ações de apoio à pessoa com deficiência - SSPDS.	74	222	296
	02801 - Qualificar 2.000 pessoas com cursos profissionalizantes - Corpo de Bombeiros Militar.	65	195	260
027 - Atenção à Pessoa Idosa	00891 - Capacitar 4.000 conselheiros comunitários de defesa social em ações de apoio à pessoa idosa - SSPDS.	74	222	296
	02912 - Beneficiar 400.000 idosos do Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade - Corpo de Bombeiros Militar.	12.500	37.500	50.000

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA - SEJUS

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	01299 - Realizar seminários temáticos em 91 dos municípios cearenses.	1	2	3
026 - Atenção à Pessoa com Deficiência	01306 - Promover a qualificação de 148 conselheiros da rede de garantia de direitos da pessoa com deficiência nas 8 macrorregiões.	2	6	8
	01308 - Assessorar na implantação de 75 novos conselhos municipais dos direitos das pessoas com deficiência.	2	6	8
076 - Proteção e Cidadania	01126 - Atender a 394.400 cidadãos por meio das ações dos caminhões do cidadão.	9.600	30.000	39.600
	01136 - Realizar 119 eventos de cidadania.	4	16	20
077 - Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária	01160 - Aumentar o número de vagas no Sistema Prisional, com a criação de 43 novas unidades.	2	6	8
	01167 - Manter e gerir 231 equipamentos penitenciários.	28	28	28
	01172 - Matricular 9.200 presos e egressos nas turmas do ensino fundamental, médio e superior.	120	360	480
	01176 - Apoiar 4.000 presos e egressos para a empregabilidade.	60	180	240

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO – DPGE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
088 - Promoção e Defesa de Direitos e Acesso à Justiça	01410 - Contemplar com os serviços da DPGE 100% das comarcas do Estado do Ceará.	12	12	12
	01416 - Ampliar e modernizar 51 núcleos avançados de atendimento da DPGE.	8	8	8
	02990 - Garantir o acesso à Rede Mundial de Computadores em 51 comarcas em que haja serviços da DPGE.	8	8	8
	03011 - Garantir o acesso à internet em 10 comarcas em que haja serviços da DPGE.	1	1	1
	03019 - Implantar, ampliar e/ou modernizar 10 núcleos avançados, especializados e descentralizados da DPGE.	1	1	1

EIXO: ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA**

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
023 - Igualdade Étnico-Racial	01113 - Criar e fortalecer 60 associações de comunidades quilombolas.	1	5	6
	01114 - Financiar 40 empreendimentos de infraestrutura, produtivos ou sociais para o desenvolvimento das comunidades quilombolas.	1	3	4
	01115 - Capacitar 2.000 pessoas em comunidades quilombolas.	60	200	260
028 - Desenvolvimento Agropecuário	00597 - Viabilizar 300.000 adesões de agricultores(as) ao Garantia Safra.	32.622	32.622	32.622
	00644 - Atender a 239.057 agricultores(as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas.	9.666	18.339	18.339
	00645 - Atender a 159.356 agricultores(as) familiares na produção e comercialização de alimentos agroecológicos com vistas a garantir a segurança alimentar das famílias.	6.443	12.225	12.225
	00646 - Atender a 82.127 agricultores(as) familiares nas microbacias assistidas, com tecnologias alternativas de convivência com o semiárido.	4.142	6.300	6.300
	00647 - Atender a 94.000 agricultores(as) familiares no financiamento e proteção da produção agropecuária (PRONAF, PGPAF E SEAF).	4.000	7.000	7.000
	00651 - Implantar 22.315 hectares com práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	290	1.159	1.449
	00652 - Beneficiar 17.151 famílias através da implantação das práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	221	879	1.100
	00653 - Implantar 1.000 Projetos Mandalla.	40	60	100
	00654 - Beneficiar 3.000 famílias com o Projetos Mandalla.	120	180	300
	00742 - Beneficiar 2.800 agricultores(as) familiares do setor da mandiocultura.	340	420	760
	00743 - Beneficiar 19.287 agricultores(as) familiares do setor da cajucultura.	623	2.061	2.684
	00745 - Beneficiar 151.332 agricultores(as) familiares com implantação de oleaginosas.	2.479	8.554	11.033
	00747 - Implantar 302.665 hectares de oleaginosas.	4.958	17.108	22.066
	00749 - Beneficiar 7.612 produtores da bovinocultura.	410	580	580
	00750 - Beneficiar 870 produtores da ovinocultura.	70	120	120
	00752 - Beneficiar 2.350 apicultores.	135	175	175

028 - Desenvolvimento Agropecuário	00753 - Apoiar a realização de 55 eventos promocionais.	5	7	7
	00755 - Beneficiar 16.581 agricultores(as) familiares com projetos de irrigação.	225	1.776	2.001
	00756 - Implantar 5.527 projetos produtivos de irrigação.	75	592	667
	00757 - Implantar 3.400 medidores horosazonais.	108	324	432
	00765 - Classificar 4.149.488 toneladas de produtos de origem vegetal.	3.495	12.010	15.505
	00849 - Realizar 1.204 ações educativas de defesa sanitária.	30	90	120
	00850 - Realizar 260 análises de resíduos de agrotóxicos em hortigranjeiros.	6	18	24
	00852 - Inspeccionar 560 estabelecimentos.	12	36	48
	00853 - Fiscalizar 600 eventos agropecuários.	7	21	28
	00854 - Fiscalizar 1.040 comércios estaduais de sementes e mudas.	20	60	80
	00954 - Atender a 34.560 agricultores(as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica existente para a produção irrigada.	1.534	2.651	2.651
	00955 - Atender a 11.364 agricultores(as) familiares na implantação e revitalização de agroindústrias rurais de beneficiamento e processamento.	655	872	872
	00958 - Capacitar 55.364 agricultores(as) familiares para a produção e gestão de projetos associativos.	1.933	4.247	4.247
	00988 - Beneficiar 986 agricultores(as) familiares com crédito Fedaf.	36	54	90
	01011 - Recuperar 46.500 hectares de cajueiros improdutivos através da substituição de copa.	2.000	10.000	12.000
	01025 - Adquirir e distribuir 24.676 toneladas de sementes.	168	661	829
	01030 - Beneficiar 350.000 agricultores(as) familiares com sementes e mudas.	8.372	18.313	18.313
	01129 - Elaborar e financiar 235 projetos de inclusão econômica.	1	19	20
	01134 - Adquirir 400 tratores com equipamentos e implementos agrícolas, para beneficiar comunidades rurais.	12	36	48
	01140 - Realizar 1.673 eventos de capacitação.	68	140	208
01146 - Implantar 8.000 quintais produtivos.	200	664	864	
01286 - Beneficiar 360.000 agricultores(as) familiares com recursos do Pronaf.	8.750	26.250	35.000	
029 - Enfrentamento à Pobreza Rural	00683 - Construir 2.000 habitações rurais nos imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.	60	180	240
	00773 - Beneficiar 109.997 pessoas, diariamente, com distribuição de leite.	14.225	15.647	15.647
	00775 - Ampliar a cobertura do Leite Fome Zero para 180 municípios.	27	27	27

029 - Enfrentamento à Pobreza Rural	00776 - Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos.	4.719	14.157	14.157
	00777 - Beneficiar 8.268 agricultores(as) familiares com aquisição de sua produção.	364	1.092	1.092
	00779 - Ampliar para 99 municípios a cobertura do PAA nos 06 territórios da cidadania e CONSAD.	13	13	13
	00781 - Distribuir para 1.788 entidades sócio-assistenciais locais alimentos produzidos pela agricultura familiar.	78	234	234
	00782 - Implantar o PAA em 117 assentamentos estaduais e comunidades tradicionais.	5	15	15
	00793 - Executar 24 projetos de educação do campo em assentamentos e comunidades tradicionais.	1	2	3
	00795 - Beneficiar 7.520 famílias em assentamentos e comunidades tradicionais com projetos de educação do campo.	315	625	940
	00796 - Beneficiar 3.200 famílias com Planos de Desenvolvimento em Assentamentos e Comunidades Tradicionais.	100	300	400
	00797 - Elaborar 224 Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos e Comunidades Tradicionais.	7	21	28
	00799 - Atender a 8.000 famílias com ATER em assentamentos e comunidades tradicionais.	250	750	1.000
	00801 - Incentivar a averbação da área de reserva legal em 200 assentamentos.	10	30	40
	00802 - Incentivar a recuperação do passivo ambiental em 100 assentamentos.	5	15	20
	00803 - Recuperar açudes em 18 assentamentos.	1	1	2
	00804 - Apoiar a implantação de infraestrutura em 72 assentamentos e comunidades tradicionais.	2	6	8
	00805 - Apoiar a implantação de projetos produtivos em 24 assentamentos e comunidades tradicionais.	1	2	3
	00809 - Implantar 1.280 bibliotecas rurais.	40	120	160
	00811 - Capacitar 1.280 agentes de leitura no âmbito do Arca das Letras.	40	120	160
	00812 - Implantar 320 casas digitais.	10	30	40
	00813 - Capacitar 12.800 gestores comunitários.	400	1.200	1.600
	00814 - Apoiar a implantação de 160 bibliotecas rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	5	15	20
00815 - Apoiar a implantação de 184 casas digitais em assentamentos e comunidades tradicionais.	8	15	23	
00816 - Apoiar ações de arte e cultura em 32 assentamentos e comunidades tradicionais.	1	3	4	

029 - Enfrentamento à Pobreza Rural	00817 - Beneficiar 2.400 famílias com a aquisição de imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional do Crédito Fundiário - PNCF.	65	185	250	
	00979 - Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar.	767	3.068	3.068	
	00985 - Atender a 159.356 famílias de agricultores(as) familiares, na produção agroecológica e solidária.	6.443	12.225	12.225	
	00994 - Atender a 4.725 famílias de agricultores(as) familiares para o acesso aos financiamentos do Projeto São José, Fedaf e Fecop na implantação e condução de projetos produtivos e de comercialização.	272	362	362	
	01009 - Acompanhar e colaborar na estruturação do curso agropecuário em 02 escolas agropecuárias.	1	1	1	
	01132 - Construir 250 habitações rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	20	30	50	
	01133 - Reformar 1.200 habitações rurais em assentamentos e comunidades tradicionais.	59	178	237	
	01179 - Implantar 100.000 cisternas de placas para consumo humano, nas comunidades rurais.	13.000	2.000	15.000	
	01180 - Implantar 340 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais.	14	37	51	
	01181 - Elaborar 159 Planos de Água Municipal (PAM).	6	12	18	
	03010 - Construir 12.000 kits sanitários.	443	1.328	1.771	
	067 - Desenvolvimento Territorial Rural	00900 - Apoiar 13 colegiados territoriais na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e solidário.	2	2	2
		00907 - Implantar 104 projetos de infraestrutura nos territórios rurais.	4	12	16
01014 - Cadastrar, georreferenciar e regularizar 32.000 imóveis rurais.		1.446	2.170	3.616	
01016 - Titular 51.709 posses de imóveis rurais.		2.350	3.525	5.875	
01018 - Reconhecer 21.580 domínios de imóveis rurais.		790	1.190	1.980	
01681 - Implantar 30 projetos de agroindústria familiar nos territórios do Estado do Ceará.	-	3	3		

SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA – SPA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
036 - Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura	00115 - Distribuir 29.000.000 de alevinos, em 1.200 açudes, beneficiando 30.000 famílias.	636.000	2.237.000	2.873.000
	00116 - Implantar 49 projetos de aquicultura.	4	10	14
	00117 - Beneficiar 980 aquicultores familiares.	60	160	220
	00118 - Beneficiar 1.400 pescadores marinhos.	-	400	400
	00119 - Beneficiar 5.500 pescadores artesanais continentais.	150	450	600
	00127 - Implantar 58 infraestruturas de apoio a conservação, higienização e beneficiamento visando o aproveitamento integral do pescado.	1	6	7
	00131 - Recuperar 45 estruturas físicas e instrumentalizar as entidades representativas de pescadores.	3	9	12
	00132 - Recuperar e modernizar 06 infraestruturas públicas estaduais de apoio à comercialização do pescado.	-	1	1
	00228 - Realizar 192 operações de fiscalização de atividade de pesca e da aquicultura.	6	18	24
	00238 - Apoiar 176 operações de fiscalização em áreas (águas) de domínio da União.	15	44	59
	00269 - Construir 04 estruturas de proteção (quebra-mar) e ancoradouro de embarcações de pesca.	-	1	1
	00270 - Capacitar 6.100 pescadores artesanais (sendo 600 para atuar na pesca em águas profundas e oceânicas).	425	1.275	1.700
	00271 - Capacitar 2.760 aquicultores.	200	550	750
	00272 - Prestar assistência técnica a 8.860 pescadores e aquicultores.	650	1.950	2.600
	00274 - Participar de 40 feiras e eventos.	1	3	4
	00276 - Construir 2.000 unidades habitacionais.	12	488	500
	00277 - Implantar 10 estruturas para pesca esportiva voltadas ao turismo.	1	1	2
	00279 - Implantar 10 projetos de apoio à pesca e à aquicultura ornamental no Estado.	-	1	1
01467 - Realizar 68 estudos inovadores e pesquisas científicas aplicadas para incrementar a produção pesqueira e aquícola.	2	3	5	

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL - CEDE

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
078 - Indústria, Serviços, Mineração e Agronegócio	00913 - Implantar 105 empreendimentos de médio e grande porte.	1	4	5

SECRETARIA DAS CIDADES - CIDADES

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
031 - Desenvolvimento Urbano	00124 - Realizar 23 intervenções urbanas estruturantes.	-	1	1
	00125 - Executar 635 intervenções urbanas.	19	69	88
032 - Saneamento Ambiental	00199 - Executar 87.301 ligações domiciliares de esgoto.	-	477	477
	00221 - Beneficiar 82 municípios com instalações operacionais para destinação adequada de resíduos sólidos domiciliares.	-	10	10
	00248 - Executar 16.901 ligações domiciliares de água.	-	889	889
	00522 - Beneficiar 8 regiões de planejamento com diagnósticos da infraestrutura de macrodrenagem	-	1	1
033 - Habitacional	01691 - Executar 41.176 ligações domiciliares de água.	1.296	4.260	5.556
	00231 - Beneficiar 16.000 famílias com instalações sanitárias individuais.	500	1.500	2.000
	00232 - Beneficiar 20.000 famílias com fogões ecoeficientes.	625	1.875	2.500
	00233 - Beneficiar 8.000 famílias com melhorias habitacionais.	250	750	1.000
034 - Desenvolvimento Regional	00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais.	728	654	1.382
	00222 - Apoiar 152 Projetos de Inserção Produtiva.	6	10	16
	00223 - Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APLs.	2	-	2
	00224 - Capacitar 700 produtores de Arranjos Produtivos Locais e de Projetos de Inserção Produtiva.	10	70	80

CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE - CONPAM

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	01478 - Implantar um sistema de monitoramento da poluição/contaminação dos recursos hídricos em 101 pontos nas bacias hidrográficas e em 65 pontos do litoral cearense.	17	17	17
	01516 - Implantar/implementar oito Centros Integrados de Apoio à Logística Reversa.	-	1	1
	01528 - Construir quinze viveiros de mudas regionais.	1	1	2
	02996 - Fiscalizar e monitorar as 23 Unidades de Conservação Ambiental do Estado do Ceará.	6	6	6
	01579 - Realizar 600 eventos informativos e educativos (fóruns, congresso, seminários, campanhas educativas, exposições, blitz etc.) com a temática ambiental.	20	60	80
	01583 - Apoiar 64 cursos (8 por macro região) de replicação da capacitação de professores (como Educadores Ambientais) nos municípios cearenses.	3	5	8
090 - Desenvolvimento Sustentado dos Territórios	01532 - Certificar 14 municípios costeiros com a Certificação Praia Limpa.	3	4	7
	01533 - Elaborar os Planos de Gestão Integrada da orla marítima em 20 municípios costeiros do Estado.	3	10	13

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
039 - Transferência Hídrica e Suprimento de Água	01361 - Construir 407 km de adutoras.	44	25	69
	01374 - Instalar 780 pequenos sistemas de abastecimento d'água em todo o Estado do Ceará.	26	90	116
	01375 - Construir 970 poços em todo o Estado do Ceará.	29	106	135
	01379 - Revitalizar 600 pequenos sistemas de abastecimentos d'água em todo o Estado do Ceará.	18	54	72
040 - Acumulação Hídrica	01335 - Construir 12 barragens aumentando a acumulação hídrica do Estado em 256 milhões de m ³ .	2	1	3
	01447 - Elaborar 11 estudos de infraestrutura de acumulação hídrica.	1	-	1
041 - Gestão Dos Recursos Hídricos	01481 - Elaborar 3 Planos de Monitoramento de Aquíferos.	-	1	1
	01486 - Realizar 40 inventários ambientais.	2	2	4
	01487 - Monitorar 136 açudes públicos e 02 aquíferos.	12	12	12

SECRETARIA DO TURISMO – SETUR

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
075 - Construção e Desenvolvimento do Destino Turístico "Ceará"	01554 - Duplicar 203 quilômetros de estrada.	10	49	59
	01562 - Implantar 02 aeroportos turísticos.	-	1	1
	01569 - Beneficiar 04 localidades com saneamento básico.	1	2	3
	01570 - Beneficiar 29 municípios com obras de urbanização em localidades turísticas.	5	7	12
	01589 - Realizar 1.200 eventos de negócios.	-	100	100

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA – SEINFRA

PROGRAMA	META ESTADUAL	META REGIONAL		
		2012	2013-2015	2012-2015
003 - Transporte e Logística do Estado do Ceará	00082 - Conservar 11.000 km de rodovias.	1.085	1.085	1.085
	00105 - Implantar 4 aeroportos regionais/aeródromos.	-	1	1
	00341 - Pavimentar (implantar) 582 km de rodovias.	5	26	31
	00526 - Manter 13 aeroportos regionais/aeródromos.	1	2	3
005 - Infraestrutura Complementar das Regiões do Estado do Ceará	00046 - Atender com telefonia pública 200 localidades rurais do Estado do Ceará.	25	25	50
054 - Edificações e Obras Públicas do Estado do Ceará	00268 - Fiscalizar e gerenciar 496 obras de edificações públicas.	17	28	45
	00312 - Construir, ampliar e reformar 900 abrigos rodoviários de passageiros.	30	100	130
	00314 - Reformar e recuperar 15 terminais rodoviários de passageiros intermunicipais.	-	1	1

4.3 - GRANDES NÚMEROS DO PPA

O planejamento do Governo do Estado do Ceará para o próximo quadriênio, constante do PPA 2012-2015, indica a aplicação de recursos na ordem de R\$ 84,6 bilhões, distribuídos entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, bem como o Ministério Público. Esse montante compreende o Orçamento

Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimento das Estatais não-Dependentes e de Recursos Extraorçamentários, tais como as Parcerias com a Iniciativa Privada.

A tabela a seguir mostra os valores especificados por fonte, bem como a participação relativa de cada um no total dos recursos para o período do PPA:

FONTE	VALOR (R\$ bilhões)	%
Fiscal/Seguridade Social	80,4	95,0%
Investimentos das Estatais	1,7	2,0%
Extra Orçamentária	2,5	3,0%
TOTAL	84,6	100%

Para a consecução dos objetivos, metas e iniciativas propostas no Plano Plurianual 2012-2015, o Estado prevê recursos, exclusivamente orçamentários, no montante de R\$ 82,1 bilhões, os quais são originados, principalmente, do tesouro estadual, de operações de crédito, de transferências intergovernamentais e da arrecadação própria dos Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, em que o Estado detém a maioria do capital.

O financiamento do tesouro estadual corresponde, especialmente, às fontes de arrecadação de tributos de competência estadual, a cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e da Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás (Royalties), totalizando cerca de R\$ 67,0 bilhões para o período.

Com relação às Operações de Crédito, o

Estado projeta uma carteira de empréstimos no montante de R\$ 5,7 bilhões, mantendo um endividamento público responsável, assegurando o financiamento de projetos estratégicos.

No que concerne às transferências intergovernamentais, provenientes principalmente de convênios celebrados com o Governo Federal, o Estado prevê uma captação em torno de R\$ 4,1 bilhões. As transferências voluntárias são demais relevantes para a composição do financiamento de obras como a Integração das Bacias Hidrográficas do Ceará, a Adequação de Trechos Rodoviários e a expansão da infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional, além de projetos de enfrentamento à pobreza, dentre outros.

O Financiamento do Plano, em termos orçamentários e por área temática, se consolida com a seguinte composição:

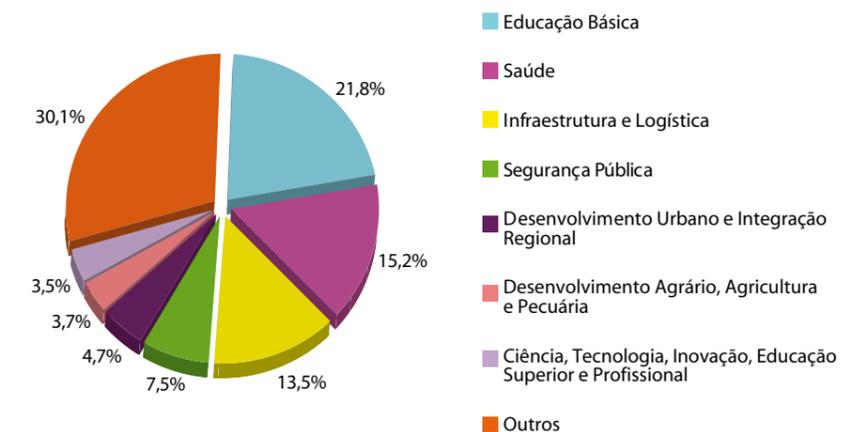
FINANCIAMENTO	VALOR (R\$ bilhões)	%
Tesouro Estadual	67,0	81,6%
Operações de Crédito	5,7	7,0%
Convênios	4,1	5,0%
Arrecadação Própria da Administração Indireta	2,4	2,9%
Outras Receitas	2,9	3,5%
TOTAL	82,1	100%

A alocação dos recursos por Área Temática, excluindo as transferências obrigatórias aos municípios e demais encargos gerais do Estado, bem como a reserva de contingência, obedecem à seguinte distribuição:

ÁREA TEMÁTICA	VALOR (R\$ bilhões)	%
Educação Básica	12.829,5	21,7%
Saúde	8.950,7	15,2%
Infraestrutura e Logística	7.955,3	13,5%
Segurança Pública	4.448,3	7,5%
Desenvolvimento Urbano e Integração Regional	2.783,3	4,7%
Gestão Fiscal	2.232,7	3,8%
Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária	2.206,9	3,7%
Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional	2.037,6	3,5%
Governo e Sociedade	1.734,8	2,9%
Recursos Hídricos	1.131,4	1,9%
Turismo	1.103,1	1,9%
Desenvolvimento Social e Trabalho	1.055,1	1,8%
Planejamento e Gestão	982,5	1,7%
Desenvolvimento Econômico	900,4	1,5%
Justiça e Cidadania	797,3	1,4%
Acesso à Justiça	371,4	0,6%
Copa 2014	355,6	0,6%
Meio Ambiente	296,4	0,5%
Cultura	285,7	0,5%
Esporte e Lazer	203,5	0,3%
Aquicultura e Pesca	132,5	0,2%
Correição e Disciplina	45,5	0,1%
Controladoria e Ouvidoria	38,1	0,1%
Subtotal – Poder Executivo	52.877,6	89,6%
Judiciário	3.299,8	5,6%
Legislativo e Controle Externo	1.874,1	3,2%
Essencial à Justiça	944,1	1,6%
TOTAL	58.995,6	100,0%

Do total de recursos aplicados nas áreas temáticas, destacam-se Educação Básica, Saúde, Infraestrutura e Logística, Segurança Pública, Desenvolvimento Urbano e Integração Regional, Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária e Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional, que respondem com 70% de todos os recursos considerados, conforme gráfico que se segue:

Distribuição percentual dos Recursos Aplicados das áreas Temática





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão

VICE-GOVERNADORIA

VICE-GOVERNADOR

Domingos Gomes de Aguiar Filho

SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Irapuan Diniz de Aguiar Júnior

SECRETÁRIA ADJUNTA DA VICE-GOVERNADORIA

Sílvia Helena Goes Moura

SECRETÁRIA EXECUTIVA DA VICE-GOVERNADORIA

Rossana Catunda Resende Sousa

COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS

Francisco José Caminha Almeida

COORDENADOR DO PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO

Antônio Nóbrega Filho

SUPERVISORA TÉCNICA

Maria Tereza Andrade Barros

ASSESSORIA TÉCNICA

Fátima Lúcia de Andrade Feitosa

AUXILIARES

Luana Duarte Paiva

Lúcia Beatriz de Abreu Camilo

Samuel de Oliveira Lins



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Vice-Governadoria
Secretaria do Planejamento e Gestão*

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

SECRETÁRIO

Antonio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

SECRETÁRIO ADJUNTO

Philippe Théóphilo Nottingham

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Marcos Antônio Brasil

**COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO - CPLOG**

Ana Lúcia Lima Gadelha

Naiana Corrêa Lima

Marcos Medeiros de Vasconcellos

Gerência da Célula do Planejamento Participativo e Regionalizado

Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha

Equipe Técnica responsável pela elaboração

Ana Lúcia Lima Gadelha

Adelaide Maria Braga da Silva Prata

Fátima Coelho Benevides Falcão

Francisca Maria de Sousa Moreira

Francisco Menezes de Freitas

Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha

Maria Carmelita Sampaio Colares

Maria Lúcia Holanda Gurjão

Maryland de Oliveira Marinho

Renata Pontes Viana

Sandra de Souza

Sandra Maria Braga

Virgínia Dantas Soares Teixeira

HINO DO CEARÁ

POESIA DE THOMAZ LOPES

MÚSICA DE ALBERTO NEPOMUCENO

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de pratas rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada ao vê-las,
Ressoe a voz dos ninhos...
Há de florar nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos

Seja teu verbo a voz do coração,
- Verbo de paz e amor do sul Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão,
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que o teu barco seja um nada.
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros?

Sim, nós te amamos, em aventuras de mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras florestas
Brotem do solo em rumorosas festas!



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão